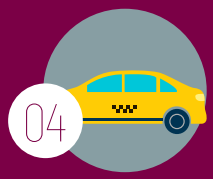
ESPECIAL

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Compulsória

SUMÁRIO

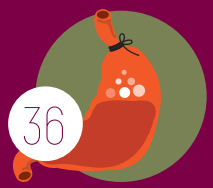


TRÂNSITO
com
Juliana Guimarães e Alessandra Almeida

PORTE DE ARMAS
com
Marcelo Resende

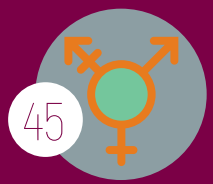
CONCURSO PÚBLICO
com
Cristiane Faiad

FORÇAS ARMADAS
com
Lívia Farias

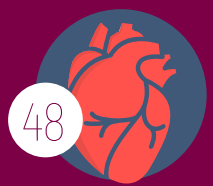


CIRURGIA BARIÁTRICA
com
Fernanda Gonçalves da Silva

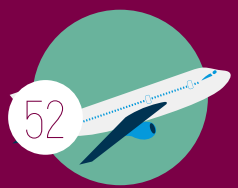
REPRODUÇÃO ASSISTIDA
com
Patrícia Gramacho



READEQUAÇÃO GENITAL
com
Ângelo Brandelli Costa



TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS
com
Cristiane Figueiredo de Sousa



AVIAÇÃO CIVIL
com
Sávio Valviesse da Motta

EXPEDIENTE

EDITORA RESPONSÁVEL
Iolete Ribeiro da Silva

COMISSÃO EDITORIAL NACIONAL
Andréa Esmeraldo Câmara
Elisa Zaneratto Rosa | Regina Lúcia Sucupira Pedroza
Sandra Elena Spósito
Ricardo Moretzsohn
Rosane Lorena Granzotto

COMISSÃO EDITORIAL REGIONAL
Adriana de Andrade Gaião e Barbosa (CRP-13) | Alcindo José Rosa (CRP-18) | Beatriz Xavier Flandoli (CRP-14) Cíntia Gallo (CRP-17) | Cláudia Natividade (CRP-04) | Darlane Silva Vieira Andrade (CRP-03) Denise Socorro Rodrigues Figueiredo (CRP-20)| Diego Mendonça Viana (CRP-11) Eleonora Vaccarezza Santos de Freitas (CRP-19) | Ivani Francisco de Oliveira (CRP-06) | José Augusto Santos Ribeiro (CRP-21) | Ricardo de Oliveira Furtado (CRP-23) | Roseli Goffman (CRP-05) | Sandra Cristine Machado Mosello (CRP-08) | Severino Ramos Lima de Souza (CRP-02) Shirley de Sousa Silva Simeão (CRP-13) | Shouzo Abe (CRP-09) | Suzana Maria Gotardo Chamblea (CRP-16) Zaíra Rafaela Lyra Mendonça (CRP-15)

COLABORAÇÃO
Comissão consultiva em Avaliação Psicológica (CCAP)

COORDENADORES
Daniela Sacramento Zanini
Fabián Javier Marín Rueda
Ana Paula Porto Noronha *(Universidade São Francisco)*
Ana Cristina Resende *(Pontifícia Universidade Católica de Goiás)*
Caroline Tozzi Reppold *(Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre)*
Felipe Valentini *(Universidade Universidade São Francisco)*
Josemberg Moura de Andrade *(Universidade de Brasília)* | Lucila Moraes Cardoso *(Universidade Estadual do Ceará)*

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Flávia Azevedo DRT 7150/DF

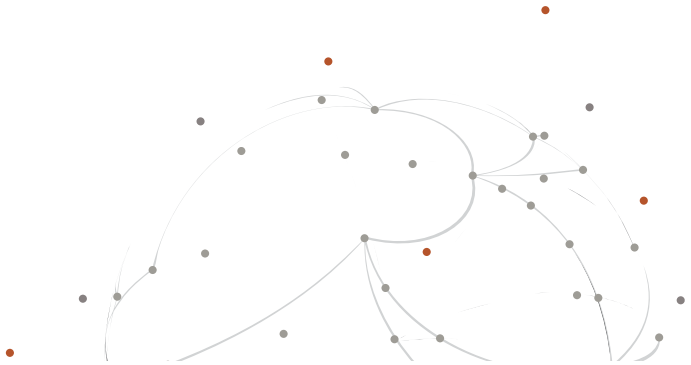
REVISÃO Luana Spinillo e Juliana El Afioni

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Movimento Comunicação

IMPRESSÃO
Quality Gráfica e Editora

TIRAGEM 246.000

Distribuição gratuita às (aos) Psicólogas (os) inscritas (os) nos Conselhos Regionais de Psicologia
Versão online no site: **www.cfp.org.br**
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO FEDERAL Sul (SAF/Sul), Quadra 2, Lote 2, Edifício Via Office, sala 104, CEP 70.070-600 - Brasília/DF



No universo das regras que regem a convivência em sociedade, as avaliações psicológicas compulsórias são ferramentas fundamentais para o cuidado e a proteção do indivíduo e também da sociedade.

Milhares de avaliações psicológicas compulsórias são realizadas anualmente no Brasil nos mais diversos contextos. São elas que oferecem o suporte necessário às tomadas de decisão das psicólogas e dos psicólogos em seus cotidianos e, por isso mesmo, a excelência técnica e o cuidado ético devem nortear suas aplicações. Nesta reportagem especial, a **DIÁLOGOS** conversou com profissionais que atuam nos mais diversos âmbitos da avaliação psicológica compulsória para apresentar aos leitores algumas das especificidades envolvidas nesse ramo tão complexo da Psicologia.

Para Iolete Ribeiro, editora responsável da Revista **DIÁLOGOS**, destacar esse tema nesta edição, por meio de entrevistas com profissionais atuantes na área, é uma forma de evidenciar, com suas experiências, a relevância das questões éticas e técnicas envolvidas nesse tipo de trabalho. "Essas questões precisam ser observadas com muito rigor no exercício das avaliações por que os casos são complexos e merecem bastante atenção para que [as avaliações] sejam realizadas com a qualidade técnica e ética que se espera dos profissionais da Psicologia. Por isso, falar do tema na Revista **DIÁLOGOS** é uma oportunidade para destacar essas preocupações", enfatiza.

A reportagem realizou entrevistas com profissionais que atuam nos mais diversos ramos da vida: nas Forças Armadas, para garantir melhor adaptação à rotina militar; no trânsito, para concessão da Carteira Nacional de Habilitação e para renovação nos casos de atividade remunerada; na segurança pública, no manuseio e porte de arma de fogo; na saúde, para avaliar candidatos às cirurgias bariátricas e de readequação genital ou em pacientes que necessitam de transplantes; no trabalho, para compreender a aptidão de candidatos de concursos públicos a ocuparem as vagas que pleiteiam mas também, na avaliação de tripulação e, por fim, no campo das relações familiares em casos de processos de adoção e reprodução assistida.

Nas páginas a seguir, conheça um pouco mais sobre essa instigante área da avaliação psicológica pela visão desses profissionais que gentilmente conversaram conosco.

O *trânsito* nosso de cada dia na visão de profissionais que atuam com avaliação psicológica

A avaliação psicológica no contexto do trânsito é uma prática que existe há bastante tempo. Nos anos de 1950, surgiram as primeiras regulamentações, descrevendo os construtos necessários, com objetivo de avaliar motoristas e, em 1962, já era realizada a avaliação, assim como nos dias atuais [primeira habilitação e renovação nos casos de atividade remunerada], no então chamado exame psicotécnico. Já o termo avaliação psicológica apareceu pela primeira vez no novo Código Brasileiro de Trânsito, em 1988. Pode-se dizer que até a década de 1980, a Psicologia do trânsito era aplicada no sentido exclusivo da avaliação de condutores. Somente com o avanço das reflexões, partindo de críticas sobre a falta de estudos de validade e normatização de instrumentos e também sobre o perfil do motorista brasileiro, é que hoje há um novo entendimento sobre a área da Psicologia do trânsito.

E os dados não deixam dúvidas quanto à importância do aprimoramento constante da Psicologia nesse ramo. Pesquisa da Ipsos para o Denatran mostra que mesmo com a tendência de queda no interesse pela CNH, o volume de carteiras concedidas continua expressivo e gira em torno de 2 milhões de concessões anuais. Por outro lado, a realidade do trânsito é preocupante, pois muito embora se perceba uma tendência de queda nas mortes por acidentes de trânsito nas capitais brasileiras (de 7.952 mil mortes, em 2010, para 5.773 mil mortes, em 2016, em um levantamento inédito do Ministério da Saúde), o país ainda está longe da meta definida pela Organização das Nações Unidas (ONU) de reduzir em 50% o total de mortes em 10 anos contados a partir de 2011.

Para explorar um pouco mais sobre alguns assuntos, como o histórico da Psicologia do trânsito no Brasil, a importância da perícia psicológica como política de prevenção de acidentes e o papel da Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego, a DIÁLOGOS conversou com a psicóloga clínica Juliana Guimarães, especialista em Psicologia do trânsito, em Psicologia →

FOTO: SHUTTERSTOCK

organizacional e em gestão pública. Juliana também é perita em trânsito do Detran/PE, diretora da Abrapsi – Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego, presidente da Abrapsit PE e membro da CTSMA – Câmara Temática de Saúde e Meio Ambiente do Contran.

Em complemento, conversamos com a psicóloga Alessandra Almeida, especialista em Psicologia de Trânsito e em Saúde Coletiva, mestranda na Ufba e coordenadora da comissão de mobilidade humana e trânsito e presidenta do CRP 3ª região, sobre a atuação profissional para além da avaliação psicológica no contexto do trânsito, o papel dos conselhos regionais no tocante à questão da avaliação psicológica e o impacto das últimas resoluções da área no âmbito da Psicologia de trânsito.

Diálogos A avaliação psicológica no processo de obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ocorre desde antes da Psicologia ser regulamentada enquanto profissão no Brasil. Qual o papel histórico da avaliação psicológica nesse contexto?

JULIANA GUIMARÃES: A avaliação psicológica para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação foi, de fato, uma práxis que surgiu e se desenvolveu simultaneamente à regulamentação da Psicologia enquanto ciência e profissão no Brasil. Foi um ramo da Psicologia que progrediu na atuação profissional, promoveu diversos estudos e pesquisas sobre o comportamento humano no trânsito e impulsionou a utilização dos instrumentos de mensuração no auxílio para avaliar comportamento, capacidade, aptidão e habilidades dos condutores. Confundida, equivocadamente, com uma simples testagem ou um mero exame psicotécnico, essa prática psicológica se desenvolveu e ampliou seu olhar para vários fatores em seu processo de estudo e análise dos sujeitos, defendendo um olhar crítico que busque investigar o indivíduo com sua subjetividade dentro do contexto histórico, social, cultural e ideológico a que pertence.

Historicamente, tivemos, a meu ver, um marco importante com o veto à avaliação psicológica no Código de Trânsito Brasileiro – CTB, em 1997. Ressalto essa importância devido às conquistas advindas desse desafio imposto, que culminou não apenas numa reestruturação dessa prática mas em um repensar de seus procedimentos e instrumentos.

Desse modo, podemos definir a Psicologia do trânsito como dedicada ao estudo do comportamento humano no trânsito e a todos os processos mentais decorrentes, buscando compreender o fenômeno da circulação humana nos diferentes contextos sociais, culturais e dos arranjos espaciais. Com foco em investigar, estruturar e elaborar seus construtos e conceitos a partir dos estudos e pesquisas das relações que se dão entre o indivíduo, o ambiente e a tecnologia nesse espaço singular, onde se insere o trânsito na sociedade atual.

Vale frisar, ainda, que a avaliação psicológica para fins de CNH é, muitas vezes, o primeiro e único contato do indivíduo com a Psicologia, o que aumenta sobremaneira a importância do papel do →

profissional de Psicologia para o reconhecimento de nossa ciência.

Diálogos Atualmente, a Resolução CFP nº 01/2019 instituiu normas e procedimentos para a perícia psicológica no contexto do trânsito. A esse respeito, qual o conceito de perícia psicológica e quais os requisitos para que uma psicóloga possa realizar uma perícia no processo de obtenção da CNH?

JULIANA GUIMARÃES: A Resolução nº 01/2019 surgiu de um debate dentro da Câmara Temática de Saúde e Meio Ambiente do Contran - CTSMA, onde a Abrapsit e o CFP estão presentes, integrando a representação técnica nesse espaço. Ao longo da história, tivemos divergências entre as legislações do Contran e as do CFP, o que causou grandes dificuldades para os profissionais que atuam na área, já que as determinações eram, muitas vezes, contraditórias. Nesse cenário, foi criado um GT para repensar os procedimentos atuais da prática cotidiana do psicólogo de trânsito em todo o Brasil. Embora distante de uma diretriz técnica inovadora que situe a Psicologia de trânsito na dimensão teórica devida, conseguimos um avanço enorme para a padronização de um trabalho profissional do psicólogo que atua no contexto de trânsito, tendo, com poucas exceções, um diálogo com as instituições do Sistema Nacional de Trânsito sem a mediação e ou supervisão de psicólogos em seus quadros técnico-administrativos.

Na definição da Resolução CFP nº 01/2019 consta que: "A perícia psicológica é uma avaliação psicológica direcionada a responder demanda legal específica. É um processo técnico-científico de coleta de dados, estudos e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos, que são resultantes da relação do indivíduo com a sociedade, utilizando-se, para tanto, de estratégias psicológicas

FOTO: SHUTTERSTOCK

– métodos, técnicas e instrumentos - reconhecidos pela Psicologia. No contexto do trânsito, ela deve ser realizada por psicóloga qualificada no assunto". O que podemos considerar como mudança importante nessa terminologia é o reconhecimento desse psicólogo perito, sua especialidade e a especificidade de seu fazer. Importante também para amparar e fundamentar o psicólogo com aumento cada vez maior da demanda de instituições públicas e outras esferas sobre resultados da perícia para o trânsito.

Os requisitos legais para que uma psicóloga possa realizar perícia psicológica no processo de obtenção da CNH são:

- Ser formada em Psicologia;
- Estar atuando profissionalmente há pelo menos dois anos como psicóloga;
- Ser especialista em Psicologia de trânsito reconhecida pelo CFP;
- Ser credenciada pelo Detran nos termos legais estabelecidos pela Resolução do Contran vigente e pelas portarias estaduais específicas.

Como requisitos técnicos, considero fundamental a experiência na área de atuação com formação continuada e atualizada na técnica pericial, seus métodos e instrumentos, considerando a importância da temática e os riscos que representam os acidentes de trânsito para a saúde pública e qualidade de vida no país.

Diálogos Qual a importância da perícia psicológica para a tentativa de diminuição dos acidentes de trânsito e de que forma essa perícia deve ser realizada para atender às resoluções do CFP e do Conselho Nacional de Trânsito?

JULIANA GUIMARÃES: Conforme estudo da Organização Mundial da Saúde (OMS), divulgado em dezembro de 2018, houve aumento das mortes no trânsito nos últimos anos. Os dados apresentados apontam para 1,35 milhão de pessoas, que perdem a vida todos os anos em decorrência de acidentes de trânsito, e cerca de 50 milhões de feridos, muitos permanentemente sequelados, além de registrar as graves consequências para as famílias, comunidades e sociedade em geral, sendo o Brasil o quarto país com mais óbitos causados nesse contexto do trânsito.

Diversos estudos revelam que os maiores índices de infrações de trânsito são, qualitativamente, de cunho comportamental e →

FOTO: TONY WINSTON/AG. BRASÍLIA

reincidente, e que cerca de 90% das causas de acidentes de trânsito são decorrentes do fator humano. Ou seja, o ser humano, por meio de seus atos e comportamentos, estabelece como o trânsito acontece. O comportamento chamado de risco, exacerbado pelo estresse, pela agressividade, insegurança e pelo desrespeito, entre outros, tornou o trânsito um problema social, que tem ressaltado o risco para a saúde, segurança e a qualidade de vida da população.

Nós sabemos que as condições psicológicas de uma pessoa dependem de fatores e processos conscientes ou inconscientes, internos e externos, que alteram o comportamento humano, e esses fatores podem ser permanentes ou temporários, acontecendo em determinada etapa da vida, após certas experiências ou vivências emocionais. Assim, a personalidade e a forma como a pessoa se comportará ao exercer suas atividades diárias, incluindo o ato de dirigir, podem sofrer influências de situações (traumáticas ou não, motivadas por estresse, agressividade, insegurança, etc.) vivenciadas por ela.

Para atender as resoluções do CFP e do Conselho Nacional de Trânsito, a meu ver, uma perícia psicológica ética, técnica e sistemática seria o ponto fundamental. Assim, é importante estar sempre atento para que essa perícia seja um processo dinâmico, complexo e situacional, que necessita de um referencial teórico, envolvendo o uso de instrumentos e técnicas com finalidade definida. Para tanto, deverá avaliar o indivíduo de forma holística, considerando seus aspectos cognitivos, seu juízo crítico, seu comportamento, sua personalidade, seu histórico e sua relação com o outro e com a sociedade em que está inserido.

Acredito no caráter preventivo das perícias psicológicas no contexto do trânsito e na sua importância para a segurança do condutor, do pedestre e da sociedade como um todo. Sendo fundamental um trabalho sério e focado no comportamento no trânsito, visando realizar um acompanhamento desse problema de saúde e custos gravíssimos à população, sabendo que nenhuma condição de saúde e emocional podem ser duradouras e sem alterações ao longo da vida. Assim, torna-se imprescindível que sejam realizadas perícias psicológicas sistemáticas em todos os processos de CNH.

Diálogos A Associação Brasileira de Psicologia do Tráfego (Abrapsit) vem atuando intensamente para o desenvolvimento da área desde sua fundação, em 2015, e, no último ano, houve grande parceria com o CFP. Quais as conquistas dessa parceria e quais as ações que estão sendo pensadas para os próximos anos?

TRÂNSITO NO BRASIL: PERÍCIA PSICOLÓGICA É FUNDAMENTAL COMO POLÍTICA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E PROMOÇÃO DE SAÚDE

→

JULIANA GUIMARÃES

Especialista em Psicologia do trânsito, em Psicologia organizacional e em gestão pública. Juliana também é perita em trânsito do Detran/PE, diretora da Abrapsi – Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego, presidente da Abrapsit PE e membro da CTSMA – Câmara Temática de Saúde e Meio Ambiente do Contran

JULIANA GUIMARÃES: A Abrapsit - Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego é uma entidade científica, sem fins lucrativos, com objetivo de congregar psicólogos, pesquisadores, alunos de Psicologia e especialistas de nível superior para promover o desenvolvimento técnico- científico do exercício profissional na área de tráfego e circulação humana em todos os modais: terrestre, aéreo, marítimo e aquaviário.

Neste caminho de ressignificação e construção de uma Psicologia de tráfego, a Abrapsit tem desenvolvido parcerias técnico-científicas onde a práxis do psicólogo do trânsito e todo o atual contexto socioeducativo e cultural em que se estabelece esse sujeito e sua mobilidade possa ser repensado, desconstruído, ampliado e valorizado de forma a buscar o objetivo maior da nossa profissão: saúde mental, emocional e qualidade de vida cotidiana.

Como você menciona, tivemos nossa fundação em 15 de dezembro de 2015, sendo bastante jovem, mas, contamos com representatividade em todo o país e já possuímos, hoje, 12 federadas já constituídas, tendo em sua linha de ação a preocupação com a vida e a responsabilidade na construção de um trânsito mais seguro e saudável. Hoje já atuamos em diversos campos nas áreas de tráfego e Psicologia, integramos câmaras temáticas do Contran, participamos em Cetrans pelo país, somos membro do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira - FENPB, também somos membro da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia - Ulapsi, temos parceria com a Sociedade Brasileira de Psicologia – SBP, integramos grupos de trabalho de mobilidade humana e trânsito em diversos estados, entre outras.

Por meio dessa busca, nada mais importante do que estabelecer um diálogo com o Conselho Federal de Psicologia, órgão máximo para representar nossa ciência e abrir um diálogo amplo com os diversos campos de atuação, para que a Psicologia de tráfego se desenvolva cada vez mais plural, numa interlocução com os variados olhares teóricos e a diversidade que constrói o indivíduo, que interage em nosso campo de atuação.

Essa parceria estimulou, acima de tudo, o psicólogo de trânsito para o centro de um debate construtivo, saindo de certo isolamento em suas clínicas para um diálogo nacional e uma valorização de sua atuação. Desse modo, foram desenvolvidos projetos de capacitação e formação continuada, visando fortalecer uma atuação técnica, ética e padronizada em nível nacional. A defesa da qualificação técnica e da importância da avaliação psicológica no contexto do trânsito é intensa e tem levado a Abrapsit, o CFP e outras associações parceiras da área em defesa da perícia psicológica sistemática para o contexto do trânsito, de um padrão nacional técnico de atuação e de valores dignos para o profissional que desenvolve sua expertise nessa área.

Uma grande conquista da Abrapsit e fruto dessas parcerias é a realização de dez Jornadas Estaduais, um Congresso Nacional, capacitações e eventos em mais de 15 estados ao longo destes últimos dois anos. Esse trabalho culmina neste ano em nosso II Congresso →

FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Brasileiro de Psicologia de Tráfego, de 12 a 15 de setembro, em Brasília, onde ocorrerá, além dos diversos debates sobre o tema com a participação do CFP e representantes do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, o lançamento de nosso segundo livro sobre Psicologia de tráfego, a entrega do 2º Prêmio Reinier Rozestraten e o I Fórum Nacional de Saúde e Educação para o Trânsito, em parceria com a Abramet – Associação Brasileira de Medicina de Tráfego e da Associação Nacional dos Detrans - AND.

Como projeto para os próximos anos, além dos aspectos relacionados à avaliação dos condutores e candidatos à CNH, a Abrapsit pretende aprofundar o desenvolvimento científico por meio de estudos, pesquisas e na busca de soluções em todas as atividades relacionadas à circulação humana. Para tanto, lutaremos para:

- Defender a importância da avaliação psicológica para fins de habilitação e sua realização compulsória e sistemática em todos os processos de CNH;
- Articular-se no campo das políticas públicas do Sistema Nacional de Trânsito para construir normativas e procedimentos que estejam alinhados entre si com a prática profissional ética e de qualidade;
- Criar uma tabela de honorários nacional com referenciais dignos para o profissional da área;
- Fomentar pesquisa científica para indicar fenômenos psicológicos relevantes para o comportamento seguro ao volante;
- Estabelecer diálogo com áreas afins para desenvolver programas de avaliação e reabilitação psicológica para motoristas;
- Intermediar diálogo com o MEC para que a Psicologia do trânsito possa estar inserida na grade curricular dos cursos de Psicologia, e que a temática do trânsito seja transversal na grade curricular escolar desde os anos iniciais;
- Ampliar o diálogo com os diversos setores para o desenvolvimento da atuação com outros modais de mobilidade, como marítimo, aéreo e aquaviário.

Esperamos, ainda, desenvolver cada vez mais nossa parceria com o CFP, FENPB, SBP, Ulapsi e todas as associações que fazem interface e diálogo com nosso campo de saber para o crescimento desse espaço de saúde e preservação da vida.

Diálogos Quer comentar algo mais?

JULIANA GUIMARÃES: Acredito que precisamos avançar no sentido de ampliar o campo de atuação profissional do especialista em trânsito de modo que sejam desenvolvidas condutas adequadas e responsáveis de proteção à vida. Estabelecer diálogo com o Sistema Nacional de Trânsito e áreas afins para desenvolver programas de avaliação e reabilitação psicológica para: motoristas que tiveram suspenso o seu direito de dirigir ou suas CNHs

cassadas por crimes de trânsito; infratores contumazes; motoristas com fobia para condução; vítimas de acidentes de trânsito e dos traumas decorrentes desses acidentes, de forma a realizar uma intervenção psicológica com possibilidades reais de mudanças de comportamento. Estimular, também, a atuação em autópsia psicológica a serviço da investigação de casos de acidentes de trânsito ocasionados por suspeita de suicídio ou homicídio. Enfim, é indispensável o trabalho do psicólogo do trânsito desde a entrada no sistema de trânsito, bem como em investigações e intervenções relacionadas no sentido de garantir o direito à vida, atuando para além da avaliação psicológica.

Diálogos A avaliação psicológica no processo de obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) é uma das principais atividades das psicólogas que atuam no contexto do trânsito. No entanto, há outros campos de atuação que ainda podem ser explorados. Conte um pouco acerca deles.

CONSELHOS REGIONAIS DEVEM ORIENTAR, FISCALIZAR, MAS TAMBÉM PODEM AGIR EM OUTROS FOCOS COMO O DEBATE DA POLÍTICA DE MOBILIDADE

ALESSANDRA ALMEIDA: Durante muito tempo, a Psicologia de trânsito esteve restrita ao campo da avaliação psicológica para a obtenção de CNH, mesmo se mostrando desde sempre uma importante área de intersecção com outras áreas da Psicologia, como da saúde, jurídica, clínica, social, educação e, até mesmo, outras áreas de conhecimento humano, como geografia, saúde coletiva, sociologia, urbanismo e planejamento urbano, engenharia. Trata-se, então, de um campo bastante vasto que espera de nós criatividade, coragem e persistência para fazê-lo se consolidar melhor.

Temos campos que carecem de interesse e investimento das psicólogas, como pesquisa e docência, tão necessários à produção e difusão do conhecimento, inclusive para outras categorias profissionais envolvidas no sistema de trânsito.

Além disso, devemos nos perguntar se e onde estamos mesmo na prevenção e quanto nos envolvemos com reabilitações, num país que possui tantos acidentados/das de trânsito. Outro tema importante é o envelhecimento da população e os impactos disso num trânsito que cresce em complexidade, em razão do inchaço das cidades, outros modais, enfim, um "novo trânsito", onde caibam as pessoas e seus direitos, em especial saúde, segurança e a vida. Enfim, temos, de fato, muito a ser explorado!

Diálogos Qual o papel dos conselhos regionais de Psicologia na orientação, fiscalização e regulamentação das psicólogas que trabalham nesse contexto?

ALESSANDRA ALMEIDA: No que tange à avaliação psicológica para obtenção de CNH, nos cabe o mais tradicional: orientar e fiscalizar! Esse é o espaço em que mais se concentram as psicólogas de trânsito atualmente e também o que mais representa processos éticos em curso. Vê-se como essencial que o sistema de conselhos possa estar atento a regulamentações, possa, de alguma forma, conduzir a práticas cada vez mais exitosas no que diz respeito a atender a complexidade que o tema merece, ao rigor técnico e à expertise que o trabalho exige.

Por outro lado, como potenciais catalisadores das demandas da sociedade, e também da categoria, entendo que nos cabe buscar uma ponte e lançar focos de luz sobre novos caminhos para a especialidade, novas formas de inserção no campo, que podem ser desde auxiliar o planejamento de cidades mais resilientes, forma de políticas de mobilidade mais humanizadas, acessibilidade, produção de veículos, considerando as necessidades e diferenças de gênero, a importância da mídia no desenvolvimento de uma cultura de percepção de riscos, que nos auxiliasse a debelar o problema dos acidentes, até os impactos das relações e do estresse laboral nos acidentes de trânsito, por exemplo. Entendo que é pelos GTs e/ou pelas Comissões de Mobilidade e Trânsito que se tornará possível construir coletivamente um novo olhar sobre este rico e promissor, mas ainda pouco explorado campo de atuação, que é a Psicologia de trânsito brasileira. Outra forma de intervenção dos Conselhos são campanhas que levem em consideração esta tarefa que é de toda a sociedade, educação para o trânsito e prevenção a acidentes, bem como buscar ações internas no ambiente organizacional voltadas para o público, que incentivem reflexões sobre uso de outros modos, comportamentos mais funcionais no trânsito e etc.

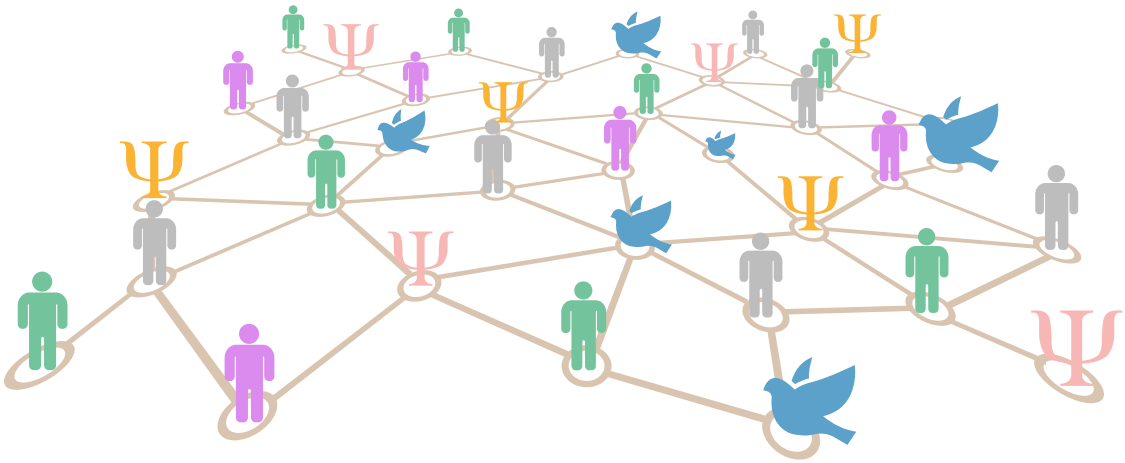
Diálogos Desde 2018, a área de avaliação psicológica tem avançado muito no Brasil, com a publicação das resoluções do CFP nº 09/2018 e nº 01/2019, além do reconhecimento do título de especialista em avaliação psicológica. Em que forma esses avanços têm impactado ou poderão impactar o desenvolvimento da perícia psicológica no contexto do trânsito?

ALESSANDRA ALMEIDA: Creio que as resoluções, bem como a exigência do título de especialista são de fundamental importância para o desenvolvimento desse campo, que é mais antigo que a própria Psicologia e que, talvez por isso mesmo, sempre esteve sujeito a tantos problemas, equívocos e descrédito da população. As resoluções nos chegam como orientador das boas práticas e qualifica a área, e isso, verdadeiramente, representa um grande avanço para a categoria em termos de rigor, cuidado, criticidade e mesmo ampliação de possibilidades de pensar e realizar a práxis nesta importantíssima e bela área de atuação. Ainda precisamos avançar bastante, mas este é significativamente importante para nós e para quem demanda os nossos serviços: a sociedade. ●

ALESSANDRA ALMEIDA

Especialista em Psicologia de Trânsito e em Saúde Coletiva, mestranda na Ufba e coordenadora da comissão de mobilidade humana e trânsito e presidenta do CRP 3ª região (gestão 2016-2019)

FOTO: ARQUIVO PESSOAL



Porte de armas: o importante papel da avaliação psicológica

O presidente Jair Bolsonaro cumpriu, logo em seu primeiro mês de mandato, uma de suas principais e mais polêmicas promessas de campanha: assinou um decreto para facilitar o porte de armas. Para desbravar um pouco sobre esse e outros temas pela ótica da Psicologia e da avaliação psicológica, a DIÁLOGOS entrevistou o tenente-coronel da PMMG e professor da PUC Minas Marcelo Resende, que desde 2008 também é credenciado pela Polícia Federal para realizar avaliações psicológicas para obtenção do porte de arma.

Na conversa, Marcelo afirma que os inúmeros casos de tragédias e crimes com arma de fogo no Brasil precisam servir como "alerta para o perigo de se ter uma arma de fogo, dos cuidados na guarda e na conservação desse material, e da necessidade de avaliação psicológica, detalhada e ética, a respeito de quem irá portar armamento". Destacou, ainda, aspectos importantes que envolvem o trabalho na área, como a necessidade de aperfeiçoamento constante, a busca pela neutralidade e as eventuais pressões que sofrem dos candidatos ao porte de arma, baixos salários e falta de mais pesquisas científicas na área.

→

Diálogos De maneira geral, quais aspectos psicológicos devem ser avaliados para que uma pessoa possa manusear uma arma de fogo?

MARCELO RESENDE: São vários os aspectos psicológicos que devem ser levados em consideração quando se faz uma avaliação para concessão do porte de arma de fogo. Atualmente, os psicólogos da Polícia Federal e seus credenciados responsáveis pela avaliação para concessão do porte de arma de fogo baseiam-se na Instrução Normativa 78, de 10 de fevereiro de 2014, que, em seu anexo V, traz o extrato dos indicadores psicológicos do portador de arma de fogo. São eles: atenção necessária (concentrada e difusa), memória (auditiva e visual) e indicadores psicológicos necessários (adaptação, autocrítica, autoestima, autoimagem, controle e estabilidade emocional, decisão, empatia, equilíbrio, flexibilidade, maturidade, prudência, segurança e senso crítico).

São considerados indicadores psicológicos restritivos: conflito, depressão, dissimulação, distúrbio, exibicionismo, explosividade, baixa tolerância à frustração, hostilidade, imaturidade, imprevisibilidade, indecisão, influenciabilidade, insegurança, instabilidade, irritabilidade, negativismo, obsessividade, oposição, perturbação, pessimismo, transtorno e vulnerabilidade.

Nessa instrução normativa da Polícia Federal, os indicadores não estão acompanhados de uma definição. Desse modo, é recomendável que o profissional compreenda conceitualmente o significado de cada um dos indicadores, embasando-se na literatura especializada, e sistematize como podem ser identificados operacionalmente em cada um dos instrumentos utilizados para avaliação psicológica. Essas informações auxiliarão na fundamentação do parecer conclusivo.

Diálogos Como a avaliação psicológica atua nesse contexto?

MARCELO RESENDE: No Brasil, todas as pessoas que buscam se armar, seja no meio civil ou militar, têm que se submeter a uma avaliação psicológica que verifica sua aptidão para porte e manuseio de uma arma de fogo. Como saber se uma pessoa que pretende ter uma arma de fogo está em condições psicológicas para tal? Sabemos que quando há um interesse por parte da pessoa, ela irá tentar se mostrar como sendo a mais adequada ou mais capacitada. Isso ocorre em diversos contextos, como ao pleitear a Carteira Nacional de Habilitação, uma vaga de emprego, uma promoção na empresa, a guarda dos filhos ou no porte de arma de fogo. É justamente a avaliação psicológica que auxilia o psicólogo na tomada de decisão.

A avaliação psicológica é um processo técnico e científico que tem por objetivo descrever da melhor maneira possível os aspectos relevantes de uma pessoa ou de um grupo, de acordo com o que motivou a avaliação, fornecendo informações que levem à compreensão das características psicológicas e que possam subsidiar a tomada de decisão sobre aqueles que foram avaliados. Essas características podem se referir tanto à forma como às pessoas que irão desempenhar uma dada atividade, ao

nível de controle sobre as emoções, quanto à qualidade das interações interpessoais que elas apresentam, dentre outros aspectos.

Na prestação dessa avaliação, o Código de Ética da Psicologia estabelece princípios e normas sobre a prática do psicólogo, que deve se pautar pelo respeito ao ser humano e a seus direitos fundamentais. Cabe ao profissional atuar com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento, e se comprometer somente com atividades para as quais esteja capacitado pessoal, teórica e tecnicamente; podendo lançar mão de ferramentas, como testes psicológicos de uso privativo dos profissionais da Psicologia.

Diálogos Qual a relevância, portanto, da avaliação psicológica no contexto de manuseio de arma de fogo e quais os impactos dela para a população?

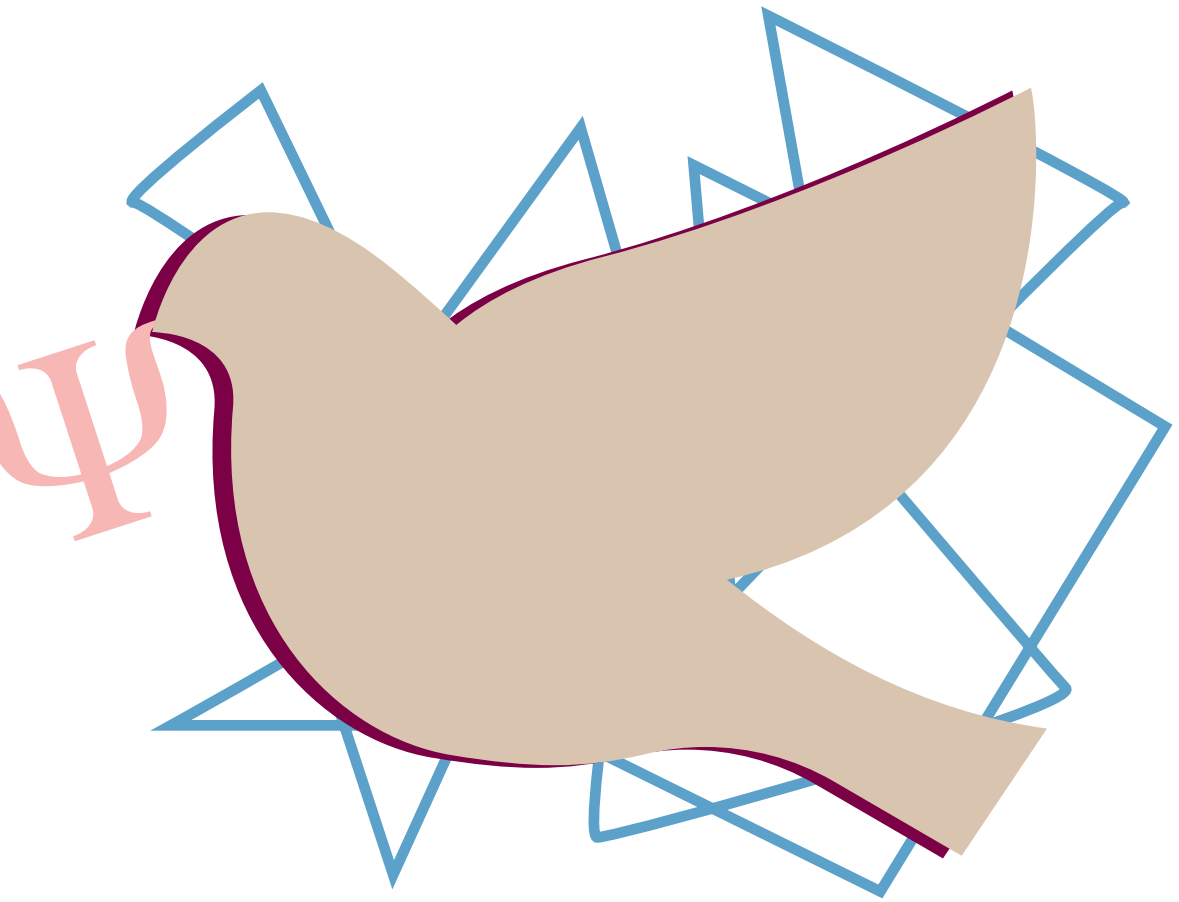
MARCELO RESENDE: A avaliação psicológica para concessão do porte de arma de fogo tem por finalidade verificar se a pessoa possui características compatíveis para o trabalho armado ou posse e manuseio pelos civis. Cabe ao psicólogo prestar essa função avaliativa, levando em consideração a própria capacitação profissional e os preceitos da ética. Esse processo avaliativo pretende, mais do que predizer o risco de sofrer ou produzir conflitos ou acidentes, identificar as dimensões psicológicas relevantes para um manejo adequado do porte e manuseio do armamento.

A cultura da segurança se efetiva por meio de ações preventivas, não bastando ações interventivas posteriores a um inadequado desempenho do uso da arma de fogo. Corroborando essa prevenção, o Sistema Nacional de Armas (Sinarm), por meio da Lei Federal nº 9437 de 20/02/97, tornou obrigatória a avaliação psicológica para o candidato que deseja obter porte de arma de fogo, objetivando diminuir o número de ocorrências de má utilização dessa arma por pessoas despreparadas ou inabilitadas, apesar da ausência recorrente de um perfil psicológico pré-definido, embasado empiricamente.

Diálogos E como explicar a motivação que muitas pessoas têm para se armar?

MARCELO RESENDE: A necessidade de segurança tem sido sempre uma das principais molas propulsoras da vida social organizada. A segurança pessoal de seus familiares e do patrimônio é uma preocupação constante dos cidadãos nesses tempos de violência. Buscando dar maior proteção e garantir uma maneira de fazer frente a eventuais ameaças, muitos adquirem o armamento pessoal como forma de defesa quanto a um possível confronto. Essa situação também não é diferente com os militares inativos das Forças Armadas (polícias e Exército) que, com a reforma ou reserva remunerada, se sentem desprotegidos sem a arma de fogo da instituição. No entanto, muitas pessoas tornam-se protagonistas ou vítimas de atrocidades pelo uso indevido de arma de fogo.

Motivações diversas, como insegurança, distúrbios psíquicos, histórico de bullying na infância, desestruturação familiar, acesso de raiva, →



frustração, problema socioeconômico, desentendimento no trânsito, desilusão amorosa, preconceito, envolvimento com drogas e angústia severa podem levar a atos de violência seguidos de morte que chocam a população e são amplamente divulgados pela mídia.

Diálogos Sabemos que para um cidadão ou cidadã obter autorização para porte de arma é necessário solicitar o pedido à Polícia Federal, por meio do Sistema Nacional de Armas, o Sinarm. Já no Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Sigma), das Forças Armadas, é um pouco diferente. Quais são essas diferenças entre as avaliações psicológicas realizadas na PF e nas Forças Armadas. Existem padrões básicos e semelhantes ou cada instituição tem suas próprias regras?

MARCELO RESENDE: O porte de arma de fogo é deferido aos militares das Forças Armadas, aos policiais federais e estaduais e do Distrito Federal, civis e militares, aos Corpos de Bombeiros Militares, bem como aos policiais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal em razão do desempenho de suas funções institucionais, segundo o Decreto nº 5123/2004.

No caso específico das Forças Armadas, polícias e bombeiros, o porte de arma é regulado em norma específica, por atos dos comandantes das Forças Singulares e dos comandantes-gerais das corporações. Nesse sentido, não estão submetidos à mesma regulamentação exigida aos civis pela Polícia Federal, incluindo a avaliação psicológica. Ao ingressar na instituição, os candidatos são

MARCELO RESENDE

Tenente-coronel da PMMG e professor da PUC Minas, desde 2008 também é credenciado pela Polícia Federal para realizar avaliações psicológicas para obtenção do porte de arma

submetidos a uma avaliação psicológica que tem o objetivo de verificar se apresentam perfil compatível com a atividade fim, sabendo-se que irão portar arma de fogo.

Na Polícia Militar de Minas Gerais, por exemplo, uma das etapas do processo seletivo é a avaliação psicológica com caráter eliminatório. Uma vez aprovado no concurso, torna-se um policial militar com direito a trabalhar armado. Caso o policial tenha interesse em adquirir o armamento particular, deve cumprir as diretrizes estabelecidas na Resolução nº 4085-CG. Nessa Resolução consta não ser necessária a avaliação de saúde do militar da ativa para a obtenção de autorização, exceto na situação prevista no inciso VII [dispensado do uso do armamento por questões de saúde], quando poderá ser autorizada a aquisição, mediante parecer favorável dos oficiais médico e psicólogo da Seção de Assistência à Saúde (SAS) ou do Núcleo de Atenção Integral à Saúde (Nais). O militar da reserva remunerada e o reformado, para obterem a autorização para aquisição de arma de fogo particular ou renovação do certificado de arma de fogo (Craf), também serão avaliados pelos mesmos oficiais. No caso da avaliação psicológica, o oficial psicólogo fará uma entrevista e, caso julgue necessário, poderá solicitar uma bateria de testes psicológicos.

Nas Forças Armadas, o Exército é o responsável também pela normatização administrativa de atividades de colecionamento, tiro desportivo e caça que envolvam a utilização de Produtos Controlados pelo Exército (PCE), como armas, munições, equipamentos de segurança, etc. O Certificado de Registro (CR) é o documento comprobatório do ato administrativo que efetiva o registro da pessoa física ou jurídica no Exército para autorização do exercício de atividades com PCE. Para aquisição do CR, é preciso que a pessoa apresente, entre outros documentos, um laudo que ateste aptidão psicológica. Não há uma bateria padrão exigida, mas os psicólogos geralmente utilizam o preconizado pela Polícia Federal.

A autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido aos civis, em todo o território nacional, segundo o artigo 10 da Lei nº 10826/2003, é de competência da Polícia Federal e exige, entre outros, a comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo (artigo 4º).

A aptidão psicológica é atualmente regulamentada pela Polícia Federal, por meio da Instrução Normativa nº 78/2014. A bateria de instrumentos de avaliação psicológica para a aferição das características de personalidade e habilidades específicas dos usuários de arma de fogo e vigilantes deverá contar com, no mínimo: um teste projetivo; um teste expressivo; um teste de memória; um teste de atenção difusa e concentrada; e uma entrevista estruturada. Os testes psicológicos utilizados devem ser considerados favoráveis pelo Conselho Federal de Psicologia, e a escolha dos instrumentos fica a cargo do psicólogo responsável pela avaliação. É importante salientar que a bateria estipulada pela Polícia Federal estabelece um mínimo de técnicas a serem utilizadas, ficando sob responsabilidade do psicólogo incluir outros →

FOTO: ARQUIVO PESSOAL

instrumentos que julgar necessário, como testes de inteligência.

Diálogos Quais os critérios para que um psicólogo possa realizar esse tipo de avaliação? É preciso ter credenciamento por parte de algum órgão?

MARCELO RESENDE: A Instrução Normativa nº 78/2014 da Polícia Federal estabelece os procedimentos para credenciamento e fiscalização de psicólogos responsáveis pela expedição de comprovante de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, além de regulamentar a atuação do profissional na avaliação do vigilante. O psicólogo que deseja se credenciar na Polícia Federal para realizar avaliação para concessão de porte e manuseio de arma de fogo deverá apresentar os seguintes documentos: requerimento padrão disponível nas unidades da Polícia Federal; original e cópia de documento de identificação e CPF, ou cópias autenticadas; certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, estadual, Militar e Eleitoral; declaração escrita de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal; comprovação de que possui pelo menos três anos de efetivo exercício na profissão e de prática com os instrumentos de avaliação a serem utilizados na bateria de testes, ou certificado de cursos sobre os testes, com carga horária mínima de 80 horas/aula; comprovação de estar regularmente inscrito no Conselho Regional de Psicologia; comprovante de estar em dia com as autorizações legais pertinentes ao local de trabalho, tais como: alvará de funcionamento, inspeção sanitária, Corpo de Bombeiros, entre outros.

INVESTIMENTO EM FORMAÇÃO DE ALTA QUALIDADE É UM DOS MUITOS DESAFIOS AOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NO CAMPO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PARA CONCESSÃO DE POSSE, PORTE E MANUSEIO DE ARMA DE FOGO.

O local de trabalho será vistoriado pela Polícia Federal, devendo contar com ambiente e equipamentos adequados para aplicação dos testes, deverá ter banheiro, sala de espera e sala de aplicação individual de testes, com o mínimo de quatro metros quadrados, ou sala para aplicação coletiva de testes, onde sua capacidade de uso permita o espaço mínimo de dois metros quadrados por candidato, equipada com os materiais necessários à execução das atividades e isolada acusticamente.

No caso das avaliações psicológicas para o certificado de registro de armas de fogo para colecionamento, tiro desportivo e caça, o laudo de aptidão será elaborado

Conheça os documentos necessários para se credenciar na Polícia Federal:

1. requerimento padrão disponível nas unidades da Polícia Federal
2. original e cópia de documento de identificação e CPF
3. certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, estadual, Militar e Eleitoral
4. declaração escrita de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal;
5. comprovação de que possui pelo menos três anos de efetivo exercício na profissão e de prática com os instrumentos de avaliação a serem utilizados na bateria de testes

por qualquer psicólogo inscrito no Conselho Regional de Psicologia. Diferentemente da Polícia Federal, o Exército não exige outros requisitos dos psicólogos avaliadores.

Diálogos O Decreto Presidencial nº 9685 de 15 de janeiro de 2019 alterou de cinco para 10 anos o prazo para comprovar a aptidão por meio de avaliação psicológica para registro de arma de fogo. Quais as implicações desse decreto?

MARCELO RESENDE: O Decreto nº 9685/2019 do presidente Jair Bolsonaro altera o Decreto nº 8935/2016, que regulamenta a Lei nº 10.826/2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm e define crimes. Nesse decreto o presidente manteve no artigo 12 [que trata sobre as exigências que o interessado deverá apresentar para adquirir arma de fogo de uso permitido] o item VII: comprovar aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, atestada em laudo conclusivo fornecido por psicólogo do quadro da Polícia Federal ou por ela credenciado. Essa manutenção é imprescindível, pois mantém a exigência da avaliação psicológica como etapa obrigatória do processo. No entanto, altera o artigo 16 [que trata do Certificado de Registro de Arma de Fogo expedido pela Polícia Federal], parágrafo 2º [renovação do certificado de registro], no seu prazo para renovação de cinco para 10 anos. Estender esse prazo é correr o risco de que as características →

de aptidão auferidas no momento da avaliação psicológica não se mantenham por um longo prazo em função do dinamismo, contexto e interação com outros fenômenos vivenciados pelo portador do armamento. O próprio Conselho Federal de Psicologia ressalta que as condições psicológicas de uma pessoa, e entre elas aquelas que interferem na aptidão para manuseio e/ou porte de arma de fogo, não são estáticas.

Diálogos Com base na experiência que você vem traçando em sua carreira, o que você diria para outros psicólogos que pensam em atuar na AP para obtenção do registro e porte de armas?

MARCELO RESENDE: Trabalhar com avaliação psicológica requer do profissional um investimento contínuo na área e participação em cursos, supervisão e eventos científicos para se manter atualizado. A troca de experiências com outros profissionais também contribui com a formação, que é sempre continuada, ou seja, não se esgota com a graduação ou pós-graduação. É muito gratificante verificar o quanto os resultados dos testes psicológicos corroboram com as hipóteses levantadas nas entrevistas. Além disso, temos um papel fundamental ao fazer um trabalho preventivo ao não armar alguém que não apresenta condições para andar armado. Sabemos que essa pessoa pode fazer uso inadequado da arma, podendo, inclusive, ser vítima dela ou provocar homicídios.

Diálogos Sem dúvida, os profissionais que atuam nessa área têm uma imensa responsabilidade em mãos. Em sua opinião, quais aspectos são mais relevantes do ponto de vista das (os) profissionais da Psicologia?

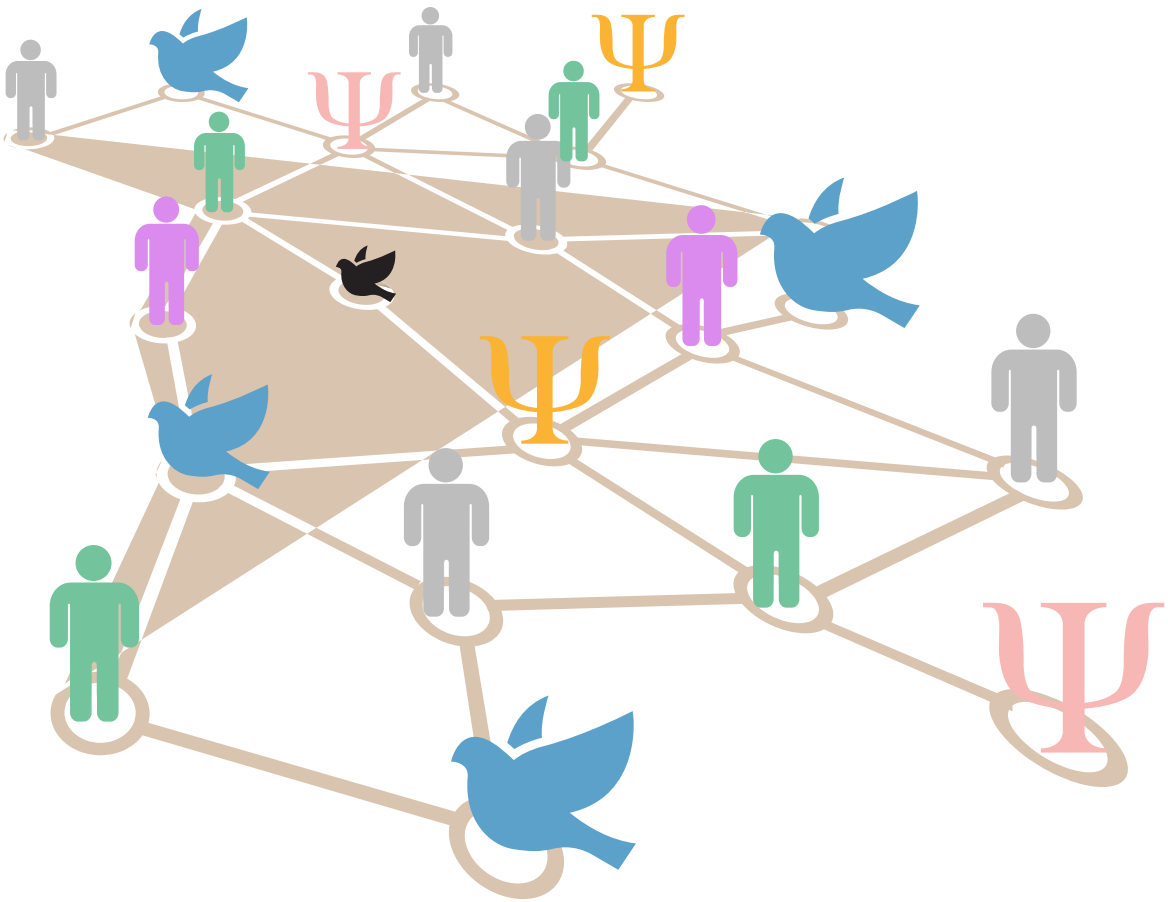
MARCELO RESENDE: Os desafios ao realizar uma avaliação psicológica para concessão e manuseio de arma de fogo são inúmeros. Do ponto de vista profissional, desenvolver a capacitação técnica necessária para realizar esse tipo de avaliação envolve investimento em estudo, cursos, supervisões e acúmulo de experiência. Ainda existem muitos profissionais no mercado com formação precária, o que pode levar a erros na condução do caso e parecer conclusivo.

A baixa remuneração pelo serviço prestado pode impactar negativamente no resultado dessa atividade, pois uma avaliação psicológica rigorosa e que inclua a entrevista devolutiva ao interessado exige muitas horas de trabalho. Além disso, a concorrência das clínicas para angariar clientes faz com que preços bem abaixo do estipulado pelo CFP sejam oferecidos aos interessados. Torna-se inviável aos credenciados de consultórios particulares competirem com credenciados de clínicas, que utilizam aplicações coletivas para viabilizarem preços ínfimos.

Outro desafio permanente se refere aos profissionais manterem a isenção e a neutralidade diante de eventuais pressões advindas de candidatos, de clínicas e de escolas ou outros centros de treinamento para a emissão de um parecer favorável ao porte e manuseio de armas. Não menos importante, é a segurança do psicólogo ao fazer

→

FOTO: SHUTTERSTOCK



a devolutiva de inaptidão. Segundo relato de credenciados, alguns candidatos insatisfeitos com o parecer negativo ameaçam a integridade física do psicólogo ou ameaçam, até, entrar com processo na Justiça. Isso se agrava quando a avaliação é feita em consultório particular, onde o psicólogo está sozinho com o avaliado para fazer a devolutiva.

Impõe-se, também, como desafio ao profissional, a carência de estudos científicos que possam embasar todo o processo avaliativo nesse contexto. A legislação específica ainda é recente e apresenta pontos a serem aperfeiçoados. Como exemplo, a lista de indicadores psicológicos necessários e restritivos para porte de arma de fogo que a Polícia Federal estabeleceu é genérica e carece de evidências empíricas baseadas em pesquisas científicas. Não há, também, uma orientação sobre a relação entre tais indicadores e perfis de candidatos para atuação em contextos diferentes. Ou seja, o perfil exigido para um civil portar arma seria o mesmo de quem exercerá uma profissão que exige o armamento?

Esses são apenas alguns de muitos desafios a serem trabalhados pela categoria, que deve investir esforços para que se possa aperfeiçoar a avaliação psicológica para a concessão de posse, porte e manuseio de arma de fogo. ●

A avaliação psicológica no contexto dos *concursos públicos:* profundo conhecimento da área é fundamental para não incorrer em erros

Apesar das expectativas da Justiça e da sociedade, a avaliação psicológica no campo do concurso público não é orientada à realização de diagnósticos de possíveis psicopatias. Quem explica é a psicóloga e professora Cristiane Faiad, atual coordenadora do curso de graduação em Psicologia da UnB. "Entender e assumir que a avaliação psicológica em concurso público não tem fins de psicodiagnóstico clínico já é um grande avanço para a melhoria da qualidade técnica e, principalmente, de postura ética por parte dos profissionais", afirma.

Em sua carreira, voltada para a avaliação psicológica, Cristiane também atuou como assistente técnica em perícias de avaliação psicológica, pela União, e na elaboração de análise profissiográfica (estudo científico do cargo) e mapeamento de competências em segurança pública no Brasil. Também é psicometrista, com experiência em construção e validação de testes, escalas e outras medidas psicológicas, em seleção de pessoal (pública e privada) e gestão de pessoas. Confira a entrevista.

→

Diálogos Até 2018 houve aumento no número de concursos públicos municipais, estaduais e federais. Com isso, a demanda para a psicóloga que realiza avaliação psicológica nesse contexto também aumentou. Como garantir a qualidade técnica e ética do processo diante desse aumento de demanda?

CRISTIANE FAIAD: O histórico de concursos públicos no Brasil está alinhado a um planejamento estratégico das diferentes instâncias do governo, seja ele municipal, estadual ou federal. Apesar de não haver um estudo que acompanhe de forma longitudinal a evolução, ao longo dos tempos, de aspectos referentes aos concursos públicos no Brasil, o que podemos dizer é que houve aumento no número de avaliações psicológicas nesses certames. As qualidades técnica e ética no processo são garantidas por vários fatores, dentre os quais a melhor formação dos profissionais e a adequada aplicação dos princípios éticos da profissão contidos no código de ética. Nesse sentido, é muito importante entendermos o que é a avaliação psicológica e como ela funciona, quando aplicada a um contexto específico, como o de concursos. Isso por que há uma diferença na aplicação do conceito de avaliação psicológica, e precisamos compreendê-la! Avaliação é um processo técnico- científico para se avaliar aspectos psicológicos de um indivíduo ou de um grupo, por meio de diferentes métodos e técnicas avaliativas de forma que, a partir de uma demanda, a avaliação possibilite a tomada de decisão por parte do profissional envolvido. Quando no contexto de concurso público, consideramos essa avaliação como compulsória (obrigatória) e ela tem como objetivo identificar se um candidato tem as características necessárias para o cargo pretendido, tendo como base um perfil previamente definido. Assim, não é objetivo dessa avaliação identificar possíveis psicopatias ou realizar psicodiagnósticos, embora essa seja uma expectativa das áreas da justiça, da sociedade e, mais preocupante, uma promessa leviana por parte de alguns psicólogos e psicólogas que trabalham na área. O objetivo de qualquer avaliação psicológica, no contexto de concurso público, é →

identificar se o perfil apresentado pelo candidato adequa-se ao perfil esperado para o cargo pleiteado. Avalia-se tão somente a aptidão manifestada pelo candidato a partir do seu desempenho nos testes psicológicos, durante o concurso público, em relação àquilo que é esperado como desejável para o exercício do cargo. O conceito de perfil psicológico, e o conjunto de dimensões psicológicas avaliadas no contexto desse perfil, é muito importante. Entender e assumir que a avaliação psicológica em concurso público não tem fins de psicodiagnóstico clínico já é um grande avanço para a melhoria da qualidade técnica e, principalmente, de postura ética por parte dos profissionais.

Um bom preparo técnico dos profissionais envolvidos torna-se também essencial para a melhoria da qualidade técnica das avaliações. Exige-se um conhecimento sobre a área de avaliação psicológica, de psicometria, para além da aplicação dos testes psicológicos. Afinal, ao tomar uma decisão sobre a aptidão ou não de um candidato a um cargo, temos que ter certeza de que essa definição está muito bem-embasada, já que há implicações sobre a vida dos envolvidos. Precisamos,

FOTO: SHUTTERSTOCK

também, conhecer as normativas que envolvem esse contexto como as Resoluções do CFP nº 02/2016; 09/2018; 06/2019; Decreto nº 9.739; modelos de editais de concursos, dentre tantos outros documentos que parametrizam o processo. E sempre se embasar em nosso Código de Ética Profissional em suas práticas e tomadas de decisão.

Diálogos A Resolução CFP nº 09/2018, que estabelece diretrizes para a realização de avaliação psicológica no exercício profissional da psicóloga e que regulamenta o Satepsi foi um marco para a área de avaliação psicológica. Quais os avanços que essa resolução trouxe no contexto dos concursos públicos.

CRISTIANE FAIAD: O Satepsi teve um papel preponderante na melhoria da qualidade das avaliações compulsórias em concurso público, principalmente na construção de normativas advindas do trabalho da Comissão Consultiva de Avaliação Psicológica. Até a publicação da primeira resolução (nº 002/2003), que normalizou sobre o uso e a comercialização de testes no Brasil, os processos de avaliação eram realizados com base em instrumentos com qualidade técnico-científica insuficientes, ou seja, não havia estudos de evidências de validade e normas adequadas até então. A publicação dos testes, que podem ser utilizados para avaliação psicológica, após aprovação do CFP, trouxe maior cientificidade a todo o processo e maior aceitação por parte da Justiça, em meio aos questionamentos que sofríamos nos processos após o concurso.

A nova resolução (nº 09/2018), a meu ver, trouxe alguns importantes avanços em comparação às demais. No que tange os concursos, a proposta de divisão de fontes fundamentais e fontes complementares foi uma delas. Nas fontes fundamentais, estão inseridos testes psicológicos aprovados, entrevistas psicológicas e protocolos de registros de observação. Já nas fontes complementares, foram inseridas as técnicas e os instrumentos não psicológicos e documentos técnicos que, apesar de passíveis de aplicação, não poderiam ser utilizados como critério decisivo de aptidão ou não de um candidato. Essa classificação também nos ajudou a legitimar tecnicamente a aplicação de entrevistas e dinâmicas em concursos, técnicas essas deliberadamente retiradas dos certames pela Justiça, pois eram consideradas subjetivas e sem caráter científico. Isso por que →

> “A RESOLUÇÃO CHAMA ATENÇÃO PARA A IMPORTÂNCIA DE SELECIONARMOS MÉTODOS E TÉCNICAS PSICOLÓGICAS ADEQUADAS QUE, DE FATO, VENHAM A MENSURAR, CIENTIFICAMENTE, O REQUISITO EXIGIDO PARA O CARGO EM QUESTÃO.”

com o passar dos anos, acórdãos e decisões judiciais passaram a intervir decisivamente em nossas práticas, dizendo-nos o que poderíamos ou não aplicar nos concursos, independente de nossos argumentos técnicos e científicos. Felizmente, com o passar dos anos, esse olhar da Justiça foi se transformando – apesar de ainda termos muitos desafios pela frente. O reconhecimento, por parte da Justiça, da avaliação psicológica como área técnico-científica aplicada ao contexto de concursos públicos, foi muito importante. É uma ferramenta válida e útil à seleção em concursos públicos. A referência à Justiça e à proteção dos direitos humanos nessa nova resolução foi, também, uma importante contribuição.

Diálogos Aliado a essa resolução, tem-se a Resolução CFP nº 02/2016, que regulamenta a avaliação psicológica em concurso público e processos seletivos de natureza pública e privada. Quais os aspectos mais importantes desta resolução para a prática profissional da psicóloga que realiza avaliação psicológica em concursos públicos?

CRISTIANE FAIAD: A resolução, em sua íntegra, deve ser estudada, avaliada e aplicada pelo profissional que realiza a avaliação psicológica no contexto do concurso público. Mas se eu tivesse que destacar os pontos mais importantes iniciaria pelo art. 2º. Ele chama atenção para a importância de selecionarmos métodos e técnicas psicológicas adequadas que, de fato, venham a mensurar, cientificamente, o requisito exigido para o cargo em questão, e que os requisitos sejam levantados por meio de um estudo científico previamente definido. Isso significa que não se trata simplesmente de levantar características que o profissional imagina serem importantes, mas sim que existe a necessidade de realizar estudos aprofundados sobre o perfil do cargo. Ressalta, também, a importância de não nos basearmos em apenas um teste ou uma técnica para atribuirmos a aptidão ou inaptidão do candidato no certame. Isso por que faz-se necessária uma análise conjunta de todos os instrumentos técnicas aplicadas, baseadas no perfil do cargo, para que se chegue a alguma conclusão. Sem dúvida, isso só se torna possível quando o profissional tem conhecimento técnico-científico suficiente, de forma que possa analisar de forma crítica e cuidadosa os manuais dos instrumentos, bem como toda a orientação (desde a aplicação até a apuração). Afinal, não se trata, apenas, de escolher e aplicar um teste psicológico, mas sim de estabelecer critérios claros e objetivos para cada teste e da competência para a construção de critérios válidos, que agrupem todas as técnicas utilizadas para a tomada de decisão.

A entrevista devolutiva, ou também conhecida em algumas fases como entrevista das razões da inaptidão, também merece importante destaque. É muito importante que o psicólogo responsável pela avaliação psicológica tenha expertise e conhecimento técnico sobre o processo, de forma a dar subsídios para que o candidato entenda seu resultado e possa interpor seu recurso administrativo, se assim o desejar. Saber dirimir, de forma

CRISTIANE FAIAD

Mestre e doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília. Atua como assistente técnica em perícias de Avaliação Psicológica pela União e na elaboração de Análise Profissiográfica e Mapeamento de Competências em Segurança Pública no Brasil. Docente e coordenadora do curso de Psicologia da UnB e diretoria no Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica na gestão 2017-2019

FOTO: ARQUIVO PESSOAL

técnica e ética, as dúvidas do candidato, é essencial. Minha preocupação centra-se, também, no preparo do profissional contratado pelo/pela candidato/candidata para acompanhá-lo a essa entrevista devolutiva. Muitas vezes, eles não detêm nem um conhecimento científico mínimo necessário sobre a área, sobre psicometria, mas, mesmo assim, aceitam o serviço, cobram muito caro do candidato e não conseguem, sequer, entender o laudo do candidato: isso é um problema ético gravíssimo. Mas, infelizmente, como em toda profissão, aliás, existem os bons e os maus profissionais. Esse é um problema muito sério.

Há um ponto que precisa ser melhorado não apenas nessa resolução, mas na atuação dos profissionais que trabalham como peritos por medida judicial, no contexto de concursos no Brasil. Precisamos entender melhor como se dá o seu papel nesse processo. Ao elaborar seu parecer que, segundo a resolução, deve ser baseado nas resoluções produzidas pelo CFP e no material produzido pelo candidato no certame, alguns profissionais têm realizado outras avaliações externas ao certame. Ora, avaliar o candidato em outro momento é produzir um outro retrato e resultado, que quebra não apenas o princípio de isonomia com os demais candidatos concorrentes mas também traz questionamentos sobre a razoabilidade da comparação entre a avaliação do perito e aquela realizada no certame. Há, ainda, casos em que o candidato é avaliado por três ou quatro vezes no contexto da Justiça. Não podemos ser coniventes com a prática do "realize a avaliação até que o candidato seja apto". Isso deslegitima e coloca em xeque a própria importância da avaliação psicológica científica.

→

FOTO: SHUTTERSTOCK

Diálogos **Recentemente foi publicada a Resolução CFP nº 06/2019, que institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela psicóloga no exercício profissional. Qual a importância dessa resolução para o contexto da avaliação psicológica em concursos públicos?**

CRISTIANE FAIAD: A avaliação psicológica no contexto de concursos públicos tem como resultado final a "aptidão" ou "inaptidão" do candidato. Tal resultado obrigatoriamente deve ser registrado por meio de um atestado, que não só deverá contemplar os critérios avaliados mas também um detalhamento técnico do seu resultado. A Resolução nº 06/2019 trata da regulamentação dos modelos que podem ser utilizados para que este documento seja produzido. Ganham-se, também, importância e representatividade no contexto da Justiça, quando há maior credibilidade por parte do nosso trabalho com o respaldo normativo de um documento elaborado pelo profissional responsável pelo certame. Seguramente faz-se necessário que os psicólogos que atuam nesse contexto estudem, de forma minuciosa, a resolução, bem como elaborem os documentos advindos da avaliação psicológica, atentando-se para as orientações da resolução. Mais do que isso, a meu ver, é muito importante que cada profissional psicólogo tenha a consciência de que aquele resultado terá implicações sobre a vida de cada candidato avaliado.

Diálogos **Quais as características que devem ser aferidas em um concurso público? Elas dependem do concurso, do cargo ou da demanda? Conte para a psicóloga que não está familiarizada com essa área como os critérios de avaliação são definidos.**

CRISTIANE FAIAD: Os requisitos psicológicos a serem mensurados na fase de avaliação psicológica do concurso público são definidos por meio de um estudo científico do cargo, também chamado de profissiografia ou análise profissiográfica. Cada cargo demanda um estudo específico. O profissional precisa compreender, de forma nítida e objetiva, quais são as atribuições/tarefas realizadas naquela função, a importância desse cargo, as características que são necessárias para ter bom desempenho, os requisitos restritivos que impedem sua atuação, enfim, vários outros aspectos. É compreender o perfil do cargo em profundidade antes que o processo seletivo seja iniciado. Esse estudo prévio é que servirá de base para a escolha e a seleção de técnicas psicológicas mais apropriadas a serem utilizadas durante a avaliação psicológica. A partir do resultado desse estudo, sabemos o que precisa ser avaliado, que os instrumentos ou técnicas avaliativas são escolhidos – não o contrário. Por exemplo, se o estudo científico identifica como necessárias ao cargo as características de baixa instabilidade emocional, alta conscienciosidade e cordialidade, então, certamente, terei que buscar na lista do Satepsi uma medida que consiga avaliar tais requisitos. As técnicas comumente utilizadas no Brasil para levantamento do perfil profissiográfico do cargo são grupos focais, entrevistas em

→

profundidade, análise documental, aplicação de questionários, observação sistemática e, mais recentemente, o uso do design thinking. Atualmente há um avanço científico muito importante nos métodos de análise de dados, para além das análises descritivas básicas comumente utilizadas nos estudos mais clássicos. A título de exemplo, temos o uso da análise fatorial exploratória, análise fatorial confirmatória e a teoria de resposta ao item. Essa sofisticação metodológica é muito importante e só contribui para o aperfeiçoamento das técnicas utilizadas durante a avaliação psicológica.

Diálogos Deseja comentar algo mais?

CRISTIANE FAIAD: Esta temática é muito relevante. Julgo importante ressaltar o trabalho feito pela atual Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica do Conselho Federal de Psicologia, quanto à sua atuação na busca por melhorias na área de avaliação psicológica no país. E posso elencar alguns desses ganhos. Por décadas, vivenciamos uma influência contínua da Justiça em nossos processos de avaliação, incluindo a definição de quais técnicas avaliativas (que nos são muito caras neste contexto) poderiam ou não poderiam mais ser utilizadas em concursos (como exemplo temos uma decisão judicial que proíbe o uso de dinâmicas de grupo em concursos). Ainda, era comum a construção de documentos por parte da Justiça, normativos à avaliação psicológica, sem a busca por um embasamento técnico da Psicologia ou mesmo a nossa participação nesse processo. Isso tinha interferência direta sobre o nosso fazer. A título de exemplo, tivemos uma recente decisão para que nossos manuais e testes fossem disponibilizados aos candidatos, como se fossem provas de conhecimento elaboradas para concursos. A falta de conhecimento sobre como a avaliação psicológica funciona, e sua cientificidade, talvez tenha contribuído para essas decisões judiciais. Felizmente, o cenário vem mudando (mesmo que aos poucos). A CCAP não mediu esforços na elaboração de documentos em nossa defesa e em visitas às instâncias do judiciário para que freassem tais propostas. Foi muito importante. A cultura do judiciário perante a avaliação psicológica vem se modificando nos últimos anos, para o bem do êxito da avaliação psicológica. Fica meu registro de agradecimento ao trabalho que a CCAP tem realizado. Por fim, gostaria apenas de frisar que a avaliação psicológica aplicada ao contexto de concurso público é algo muito sério. Deve ser embasada em critérios do cargo e totalmente fundamentada em conhecimento técnico-científico, advindo da ciência psicológica, desenvolvido ao longo de várias décadas. E julgo que precisamos construir uma agenda de pesquisa que contemple estudos nessa área, seja na busca por evidências de validade das avaliações que são realizadas, na construção de novas medidas, incluindo aquelas que se apliquem a contextos específicos (exemplo da Segurança Pública e Forças Armadas) e na busca pelo aprimoramento do que temos feito desde então. ●

Forças Armadas: os cuidados psicológicos e as peculiaridades da atividade militar

Para o ingresso na carreira militar, as candidatas e os candidatos devem cumprir etapas importantes no processo de seleção que avalia tanto aspectos físicos quanto psicológicos. A Força Aérea Brasileira dedica uma estrutura própria para o desenvolvimento contínuo da Psicologia por meio do Instituto de Psicologia da Aeronáutica,

reconhecido nacionalmente por sua excelência técnico-científica. É no Instituto que se concentram as avaliações psicológicas e se realizam acompanhamentos, além de outras atividades relacionadas à Psicologia. Para entender um pouco mais sobre a organização dessa estrutura, os aspectos organizativos e técnicos envolvidos na avaliação psicológica realizada na FAB, a DIÁLOGOS conversou com a tenente Lívia Farias, graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora, mestranda em Psicologia clínica pela PUC/Rio e chefe da Divisão de Pesquisas e Desenvolvimento do Instituto de Psicologia da Aeronáutica.

Diálogos O Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA) é reconhecido por seu rigor técnico-científico. A esse respeito, nos conte um pouco como ocorre o processo de avaliação psicológica no IPA e, em qual ou quais modalidades ele ocorre. Há diferentes tipos de avaliação psicológica dependendo das funções e/ou setores?

LÍVIA FARIAS: O Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA) é o órgão central da Psicologia da Força Aérea Brasileira (FAB) e tem por missão desenvolver ações nos diversos campos da Psicologia, incluindo a avaliação psicológica. Trabalhamos com a premissa de que são essas avaliações que devem →

FOTO: SHUTTERSTOCK

garantir o ingresso de pessoas com maiores chances de se adaptarem rapidamente ao cenário do poder aeroespacial e à rotina militar.

Destacamos, então, dois tipos de avaliação psicológica realizados na FAB: o Exame de Aptidão Psicológica (EAP) e o Exame Psicológico (EP).

O Exame de Aptidão Psicológica consiste na avaliação psicológica realizada durante os processos seletivos de ingresso e é coordenada pelo IPA. O objetivo do EAP é estabelecer um prognóstico de adaptação através da identificação nos candidatos de características psicológicas estabelecidas no estudo científico do cargo. O EAP ocorre em todo o território nacional e, anualmente, são avaliados em média 3000 candidatos para diversas especialidades como aviação, intendência, infantaria, controle de tráfego aéreo, cargos de níveis técnico diversos, áreas da saúde (médicos, dentistas, farmacêuticos, enfermeiros), quadro de apoio (assistentes sociais, administradores, dentre outros).

O Exame Psicológico, por sua vez, consiste na avaliação psicológica realizada durante as Juntas de Saúde, nas Organizações de Saúde da Aeronáutica. Tem como objetivo a apreciação do estado psicológico que atesta a sanidade mental e o equilíbrio psicoemocional de um indivíduo, de forma a assegurar a inexistência de transtornos psíquicos e distúrbios de personalidade que possam comprometer o desempenho atual e/ou futuro. O Exame Psicológico é um tipo de perícia psicológica e tem por objetivo subsidiar a decisão da psiquiatria, trazendo informações relevantes que possam contribuir para a melhor tomada de decisão em relação ao periciado.

> “É IMPORTANTE FRISAR QUE AS ESPECIFICIDADES DA CARREIRA EXIGEM ELEVADOS NÍVEIS DE SAÚDE FÍSICA E MENTAL.”

Diálogos **O campo da avaliação psicológica nas forças armadas ainda não é amplamente conhecido pela categoria. A esse respeito, quem está apto a realizar esse tipo de avaliação dentro das forças armadas?**

LÍVIA FARIAS: Todos os psicólogos que estão na FAB podem realizar avaliação psicológica no âmbito da Força. Entretanto, o Instituto de Psicologia promove, anualmente, a capacitação dos elos de Psicologia, por meio do Estágio de Psicologia da Aeronáutica (EPA). O objetivo do EPA é padronizar a execução dos exames de aptidão psicológica realizados pelos elos, de maneira que seja garantida a isonomia nos processos seletivos ocorridos ao longo do território nacional.

Diálogos **Quais as características psicológicas avaliadas pelo IPA em seus processos seletivos e internos?**

LÍVIA FARIAS

Psicóloga pela Universidade Federal de Juiz de Fora, mestranda em Psicologia clínica pela PUC/Rio e chefe da Divisão de Pesquisas e Desenvolvimento do Instituto de Psicologia da Aeronáutica

E que métodos, técnicas e/ou instrumentos psicológicos são utilizados?

LÍVIA FARIAS: As características psicológicas avaliadas pelo IPA são definidas a partir do estudo científico do cargo, cuja elaboração é imprescindível para uma adequada avaliação psicológica em contextos de seleção das Forças Armadas, especialmente devido às condições peculiares da atividade militar.

É importante frisar que as especificidades da carreira exigem elevados níveis de saúde física e mental; seja em tempos de paz ou em ocasiões de eventuais conflitos, para os quais o indivíduo sempre deve manter-se preparado. O treinamento militar, o manuseio de armamento, a obediência aos preceitos da hierarquia e da disciplina, a possibilidade de movimentação para qualquer região do país e a disponibilidade 24h por dia são exemplos dessas peculiaridades.

O IPA, então, avalia características relacionadas ao perfil militar, que incluem os campos da aptidão, personalidade e interesse, bem como aquelas que possuem relação direta com atividades específicas, como no caso do aviador e do controlador de tráfego aéreo. Para essas especialidades, busca-se identificar aqueles indivíduos que possuam habilidades, tais como boa capacidade de concentração e de raciocínio espacial, que serão essenciais para predizer o bom desempenho na função.

A avaliação de tais características é realizada por meio de testes psicométricos, testes expressivos, questionários, entrevistas e dinâmicas. Isso vale tanto para os processos seletivos de concursos públicos quanto para processos seletivos internos, como é o caso da seleção de pilotos para a Esquadrilha da Fumaça.

Diálogos Após os processos de avaliação psicológica realizados, há algum tipo de acompanhamento interno das pessoas aprovadas? Nos conte um pouco.

LÍVIA FARIAS: Durante o treinamento técnico-militar, os psicólogos das escolas acompanham as necessidades dos alunos, por meio da participação em algumas instruções, atendimento individual e em grupo. Aqueles alunos com alguma dificuldade, seja de adaptação ou de aprendizagem, são assistidos por equipe interdisciplinar, composta por pedagogos e psicólogos.

Ao longo da carreira, os militares são avaliados periodicamente nas Juntas de Saúde e, quando necessário, passam por perícia psicológica.

Atualmente, pesquisamos formas sistemáticas de acompanhamento do efetivo, por meio da análise de diversos relatórios e bancos de dados da FAB, por exemplo, que nos deem subsídios para atualizarmos o processo de avaliação psicológica com mais frequência.

Diálogos Recentemente foram promovidos encontros que aproximaram o IPA e o CFP. Quais os benefícios dessa aproximação? E o que podemos esperar para os próximos anos?

LÍVIA FARIAS: Um dos objetivos do Instituto para o biênio 2019-2020 é incrementar a aquisição de conhecimentos através da realização de ciclos de simpósios e palestras. A →

partir de variadas experiências de instituições civis e militares, espera-se fortalecer a nossa prática profissional, além de ratificarmos o nosso compromisso com a ética e o rigor técnico-científico.

Iniciamos os ciclos de palestras com a participação do CFP, pois entendemos a sua importância enquanto órgão regulador e fiscalizador da profissão. Além disso, a aproximação entre IPA e CFP favorece a abertura de um canal de comunicação entre as duas instituições, promove o debate a respeito de pontos sensíveis no campo da avaliação psicológica e permite a discussão de alternativas e soluções para as dificuldades encontradas pelas instituições que realizam avaliação psicológica em concursos públicos (como, por exemplo, a divulgação indiscriminada de testes psicológicos).

Para os próximos anos, o IPA pretende construir instrumentos psicológicos específicos para o contexto militar, a fim de serem utilizados nos diversos processos seletivos da Aeronáutica. Destaca-se, aqui, a construção de testes informatizados para seleção de candidatos, que poderão ser empregados em diversos certames da Força Aérea.

O IPA entende que um processo de avaliação psicológica bem conduzido pode contribuir, dentre outros, para a redução de gastos com a instrução aérea (no caso dos aviadores); bem como para a redução da evasão de profissionais ao longo da carreira, por falta de adaptação ao meio. ●

FOTOS: ARQUIVO PESSOAL E VINICIUS BACARIN/SHUTTERSTOCK.COM

Os desafios da avaliação psicológica para *cirurgia bariátrica* no Brasil

Segundo a Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica (SBCBM), de 2012 a 2017, o número de cirurgias aumentou em 47%. De 72 mil procedimentos realizados em 2012, o Brasil fez 105,6 mil, em 2017, considerando os serviços públicos e privados. A cirurgia bariátrica tem sido indicada com alta frequência no tratamento da obesidade, principalmente por parecer uma alternativa atraente que oferece redução do peso de forma rápida e sustentável. Segundo a psicóloga Fernanda Gonçalves da Silva, nossa entrevistada nesta matéria, essa percepção inadequada de um procedimento rápido e indolor tem impulsionado o aumento do número desse tipo de procedimento.

Doutoranda da Universidade Federal do Rio de Janeiro pelo Instituto de Psiquiatria, Fernanda é mestre em avaliação psicológica e construção de instrumentos e docente da Universidade Estácio de Sá, além de ser editora da revista Psicologia e Conexões.

Diálogos Como podemos compreender um pouco da realidade da avaliação psicológica no contexto da realização de cirurgias bariátricas, considerando a interseção da Psicologia com a medicina?

FERNANDA GONÇALVES DA SILVA: Em 2017, o Conselho Federal de Medicina publicou a Resolução nº 2.172, voltada à cirurgia metabólica para o tratamento de pacientes portadores de diabetes mellitus, que aperfeiçoa alguns critérios inicialmente apontados pela ANS. No que se refere à avaliação psicológica, embora a resolução cite apenas o psiquiatra, aponta para a importância da contraindicação da cirurgia para pessoas com qualquer doença mental que possa interferir no tratamento, especificamente a) alcoolemia; b) dependência química; c) depressão grave com ou sem ideação suicida; d) psicoses graves e e) pessoas com qualquer doença mental que, a critério da avaliação do psiquiatra, contraindique a cirurgia de forma definitiva ou até que a doença tenha sido controlada por tratamento.

Diante dessas restrições, cabe-nos refletir sobre a importância de a avaliação psicológica neste contexto ter o objetivo não só de avaliar as psicopatologias, mas de ser sim uma análise holística, considerando os fenômenos biopsicossociais do paciente com objetivo de avaliar se ele possui recursos internos e suporte familiar para enfrentar não só o procedimento cirúrgico mas também todas as restrições e conflitos frequentes após a cirurgia.

Tendo em vista as diferentes variáveis que envolvem o procedimento da CB e o seu aumento no Brasil, tornam-se urgentes estudos que permitam entender o fenômeno, especificamente nesta população, para identificar os fatores de risco e a construção e ou validação de instrumentos que contribuam para um processo de avaliação mais seguro da aptidão psicológica para cirurgia bariátrica.

Diálogos Há algum protocolo de avaliação para cirurgia bariátrica?

FERNANDA GONÇALVES DA SILVA: A normatização vigente cita as condições

FERNANDA GONÇALVES DA SILVA

Doutoranda da Universidade Federal do Rio de Janeiro pelo Instituto de Psiquiatria, mestre em avaliação psicológica e construção de instrumentos e docente da Universidade Estácio de Sá, além de ser editora da revista Psicologia e Conexões

→

FOTOS: ARQUIVO PESSOAL E SHUTTERSTOCK

restritivas para a realização da cirurgia conforme citado acima. Não há regulamentações que especifiquem de forma mais detalhada o processo de avaliação, apontando constructos que devem ser avaliados ou determinando quais instrumentos devem ser utilizados.

Na literatura também não há estudos que revelam sucesso de protocolos de avaliações. O que as pesquisas atualmente mostram são pontos de atenção, ou seja, características que devemos avaliar nos pacientes, pois podem causar o adoecimento psíquico no pós-cirúrgico. Dentre elas destacam-se a percepção da cirurgia como procedimento estético, reflexo do alto índice de insatisfação corporal, e a ansiedade por estarem diretamente relacionadas à frustração; e o desenvolvimento de patologias após a cirurgia, dentre elas ansiedade, depressão, vigorexia, bigorexia ou transtornos dismórficos corporais.

> “AS PESQUISAS ATUALMENTE MOSTRAM (...) CARACTERÍSTICAS QUE DEVEMOS AVALIAR NOS PACIENTES, POIS PODEM CAUSAR O ADOECIMENTO PSÍQUICO NO PÓS-CIRÚRGICO.”

Diálogos Há um perfil restritivo além do previsto em resolução?

FERNANDA GONÇALVES DA SILVA: Além das restrições descritas nas resoluções, as pesquisas apontam a importância da investigação do suporte familiar, pois além de tratar-se de uma cirurgia que envolve muitas restrições nos primeiros dias após o procedimento, o controle alimentar frequentemente influencia em episódios de muita ansiedade e os relatos dos pacientes apontam o suporte familiar como um dos principais aliados no enfrentamento dessas crises.

A insatisfação corporal tem se revelado como um dos principais pontos de atenção na investigação. É sempre importante lembrar que a CB é um procedimento para promoção de saúde, mas frequentemente os relatos são da busca por um procedimento estético. Considerando que após a cirurgia a perda de peso abrupta resulta em flacidez excessiva, sendo necessário, em muitos casos, procedimentos cirúrgicos para o resultado idealizado, a imagem corporal pode gerar um sentimento de frustração e constrangimento. Os relatos revelam em grau maior, inclusive, naqueles vivenciados antes da cirurgia, e os resultados contribuem para o adoecimento psíquico, dentre eles, transtornos de ansiedade, depressão, automutilação, ideação suicida e tentativa de suicídio.

O comportamento compulsivo também deve ser investigado. São frequentes os relatos da mudança de alvo da compulsão, destaca-se a compulsão por álcool, provavelmente pelo prazer, que também →

é oral. Mas pela necessidade da mudança de hábitos há, também, relatos de vigorexia, bigorexia, que é a preocupação exagerada com a prática de atividades físicas e alimentação saudável, impactando nas relações e convívio social.

Diálogos No Brasil há testes específicos para este contexto?

FERNANDA GONÇALVES DA SILVA: Silva et al. (2018) em uma revisão sistemática das principais bases de dados não identificaram instrumentos que tenham sido construídos ou validados para o contexto da cirurgia bariátrica no Brasil. Os dados apontaram que a avaliação é feita majoritariamente por instrumentos de domínio público internacional e que não possuem evidências de validade para população brasileira. As pesquisas também apontam que a técnica mais utilizada é a de entrevistas semiestruturadas, e que as avaliações psicológicas, frequentemente, ocorrem em apenas um encontro. Ao unirmos a obrigatoriedade da avaliação, a falta de compreensão pelo paciente da importância do processo e seu esforço em realizar a cirurgia a qualquer custo teremos uma avaliação inconsistente e não confiável, visto que o candidato pode mentir sobre informações consideradas não recomendadas para a submissão ao procedimento, ou omitir fatos que sejam relevantes. Dessa forma, considero que o uso de testes psicológicos e o desenvolvimento de uma avaliação psicológica mais detalhada seja importante para que se possa atingir seus objetivos, a saber, o cuidado com a saúde do paciente.

> “A INSATISFAÇÃO CORPORAL TEM SE REVELADO COMO UM DOS PRINCIPAIS PONTOS DE ATENÇÃO NA INVESTIGAÇÃO. É SEMPRE IMPORTANTE LEMBRAR QUE A CB É UM PROCEDIMENTO PARA PROMOÇÃO DE SAÚDE, MAS FREQUENTEMENTE OS RELATOS SÃO DA BUSCA POR UM PROCEDIMENTO ESTÉTICO.”

Sendo a avaliação psicológica para CB um procedimento compulsório, é compreensível e esperado que, de forma consciente ou inconsciente, o candidato manipule suas respostas com objetivo de receber um parecer de aptidão. Logo, a utilização de testes projetivos e expressivos torna-se uma escolha oportuna, pois reduzem a manipulação por parte dos candidatos e, portanto, conferem maior confiabilidade aos resultados da avaliação. ●

FOTO: SHUTTERSTOCK

A avaliação psicológica no contexto da *infertilidade*

Desde o surgimento da reprodução humana assistida, com o nascimento do primeiro bebê de proveta, em 1978, a medicina tem se debruçado em aprimorar técnicas cada vez mais sofisticadas e precisas para ajudar casais a realizarem o desejo de ter filhos. Nesse contexto, a avaliação psicológica cumpre muito mais um papel de suporte emocional aos casais e mulheres que buscam tratamentos em reprodução assistida do que aferir se essas pessoas estão aptas ou não a passarem por um tratamento. O tema é delicado e envolve inúmeros aspectos, como o estigma da infertilidade, as pressões sociais, as novas configurações de família e tantos outros.

Sobre o tema, entrevistamos a psicóloga clínica Patrícia Gramacho, graduada pela Universidade Católica de Goiás, com 25 anos de experiência em áreas voltadas à saúde. Certificada em capacitação em reprodução humana assistida pela Sociedade Brasileira em Reprodução Assistida (SBRA), Patrícia também atua como docente em Psicologia hospitalar e em curso voltado à reprodução humana assistida.

Diálogos Em linhas gerais, como podemos caracterizar o cenário da avaliação psicológica no campo da reprodução assistida hoje?

PATRÍCIA GRAMACHO: Bom, trabalhamos em um contexto em que casais inférteis já trazem em sua história de vida a marca da exclusão. Por isso, o atendimento humanizado e especializado por parte de toda a equipe envolvida nos tratamentos é crucial e é o que encontramos hoje na área. No caso da Psicologia há um trabalho contínuo, baseado em muita pesquisa, que tem o objetivo de superar o modelo cartesiano em lidar com as questões humanas. Aqui em Goiânia, por exemplo, fazemos reuniões constantes para discutir relatos de intervenções, pesquisas e casos clínicos em que confirmamos a coexistência de fatores psicológicos e fisiológicos. No âmbito das equipes envolvidas nos tratamentos, pode-se afirmar que as questões psicológicas são preocupações de todos os profissionais da área.

Desde 2012, quando aconteceu a primeira reunião do Consenso de →

Psicologia no XV Congresso Brasileiro de Reprodução Assistida houve a categorização de cinco grandes temas da área da reprodução assistida. Desse mesmo debate nasceu o livro 1º Consenso de Psicologia em Reprodução Assistida, publicado em 2013, com o objetivo de orientar os profissionais de saúde no cotidiano dos serviços públicos e particulares no campo da reprodução assistida e com um capítulo específico referente à avaliação psicológica aplicada ao paciente infértil, ressaltando a importância de uma metodologia que considera consequências físicas e psicológicas como qualquer outra avaliação na área da saúde, além de outros detalhes relacionados a diagnósticos e tratamentos.

Além disso, o Conselho Federal de Medicina (CFM) publicou, em 2017, a Resolução nº 2.168/2017, que passou a exigir uma avaliação psicológica "atestando adequação clínica e emocional" a todos os envolvidos no processo de gestação de substituição (doação temporária de útero). A exigência de uma documentação específica, aparentemente, fez

FOTO: SHUTTERSTOCK

muitas clínicas reavaliarem suas demandas multiprofissionais, principalmente no que cabe à intervenção do psicólogo, porque em gestações substitutas há uma série de questões que conduzem a uma configuração familiar diferente do modelo tradicional.

Diálogos Quais são as grandes áreas definidas pela Sociedade Brasileira de Reprodução Assistida em relação aos cuidados psicológicos dos casais inférteis e por que isso representou um marco?

PATRÍCIA GRAMACHO: Como psicóloga e psicanalista atuante na área, impressionou-me a junção de saberes necessários para uma melhor acolhida nas diversas demandas. A junção das variadas abordagens, seja a psicanalítica, a sistêmica, a comportamental ou existencialista, exige conhecimento mais detalhado da Psicologia do desenvolvimento humano, com clareza das fontes e usos, assim como uma intercomunicação entre as áreas da medicina e do direito.

No encontro realizado em 2012, como já foi dito, nasceu um consenso sobre os grandes temas da Reprodução Assistida, que foram: a) avaliação psicológica do paciente infértil: o que e como avaliar; b) intervenção psicológica na infertilidade: aconselhamento, terapias, outras aproximações terapêuticas; c) útero de substituição e suas repercussões: a questão das leis brasileiras face às leis de países vizinhos; d) doação de gametas e suas repercussões: a questão do sigilo, vínculos emocionais e, por fim, as questões atuais; adoção de embrião, casais homossexuais, uso de sêmen pós-morte, congelamento de óvulos, produção independente, vida sem filhos.

Diálogos No contexto da reprodução humana, a avaliação psicológica parece cumprir uma função muito mais de oferecer um cuidado ao estado emocional e mental desses casais e mulheres do que buscar aferir se essas pessoas estão aptas ou não a passarem por um tratamento. É correto pensar assim?

PATRÍCIA GRAMACHO: É correto pensar que o cuidado emocional vem sempre em primeiro plano, visto que o cuidado com os aspectos psíquicos não envolve apenas a escuta, mas, principalmente, a levar quem fala a se escutar. Pensar não somente no problema orgânico, mas no perceber-se infértil; nessa nova busca de parentalidade; na desconstrução de expectativas referentes ao que é ser pai e mãe nesta nova configuração, além de todos os sentimentos, medos e fantasias associados a isso tudo.

Muita elaboração e muita pressão emocional que, diante de uma escuta qualificada, com certeza, possibilitarão melhor enfrentamento da realidade do tratamento. A percepção de questões conflitantes no casal infértil, ou em qualquer outra configuração familiar que solicite essa demanda, é um dado significativo para, possivelmente, postergar o processo a partir de uma discussão multidisciplinar com os demais elementos da equipe, visando uma melhor estabilidade emocional de todas as partes.

Diálogos Do ponto de vista da categoria e do CFP, que avanços você →

PATRÍCIA GRAMACHO

Psicóloga pela Universidade Católica de Goiás, com 25 anos de experiência em áreas voltadas à saúde. Certificada em capacitação em reprodução humana assistida pela Sociedade Brasileira em Reprodução Assistida (SBRA)

considera fundamentais para serem implementados a partir desse cenário onde, ainda, não existem diretrizes muito claras em relação à AP na reprodução assistida?

PATRÍCIA GRAMACHO: Acredito que a construção de grupos de trabalho (GTs) com profissionais já envolvidos na área, em cada regional, pode ser bastante significativo, no sentido de validar, também, no CFP condutas já firmadas no Consenso de 2013, ou seja, a confirmação de que existem especificidades da área, e que a especialidade em reprodução humana assistida se faz necessária dentro da Psicologia da saúde e hospitalar. Não seria apenas se aprofundar nas novas tecnologias reprodutivas, mas sim compreender as mudanças nos grupos sociais, nas políticas públicas, desenvolvendo atitude de construção de conhecimento, com postura crítica, investigadora e criativa. Como pesquisadora sei o quanto é importante fomentar a pesquisa em um contexto de ação-reflexão-ação.

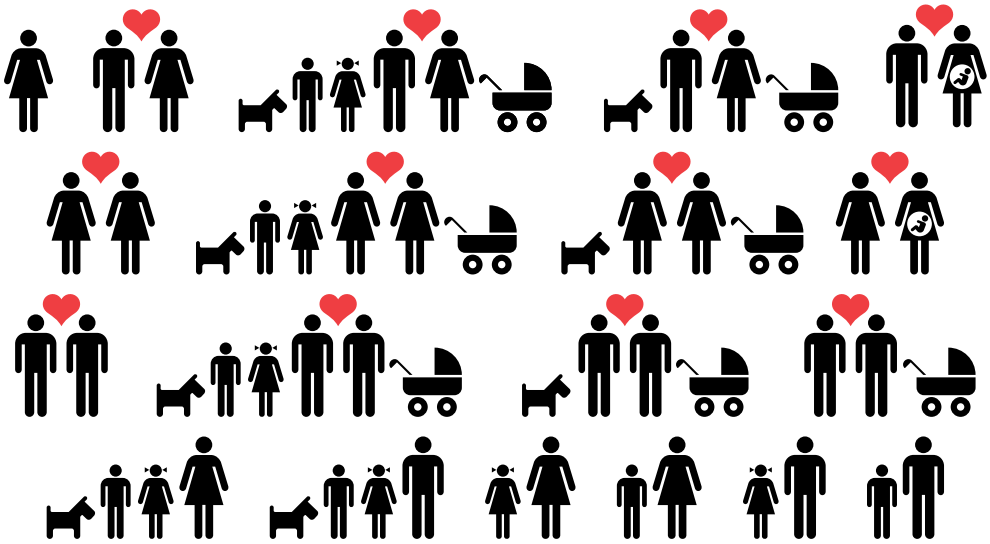
Diálogos Você tem participado de debates com os profissionais da saúde especializados. Você acredita que já existe um arcabouço de formulação e observação capaz de apontar para a construção de diretrizes para avaliações psicológicas no campo, considerando os respectivos tratamentos acordados entre casais e equipes [FIV, uso de ovo doado ou mesmo nos casos de útero de substituição]?

PATRÍCIA GRAMACHO: Sim! Já são inúmeras as publicações na área e cada vez mais ricas em casos clínicos que confirmam o quanto o acompanhamento psicológico se faz necessário, compreendendo-se que uma avaliação não é apenas técnica, mas que se volta, também, para as dimensões éticas e políticas das relações sociais e dos sistemas, instituições e organizações em que vivemos e trabalhamos. O próprio Consenso de 2013, citado anteriormente, como também o Guia de Recomendações de Atenção Psicossocial nos Centros de Reprodução Assistida lançado em 2018, já funcionariam como um arcabouço capaz de apontar essas diretrizes para as avaliações psicológicas no campo, visto que já o fazem na prática.

> “O CUIDADO EMOCIONAL VEM SEMPRE EM PRIMEIRO PLANO, VISTO QUE O CUIDADO COM OS ASPECTOS PSÍQUICOS NÃO ENVOLVE APENAS A ESCUTA, MAS, PRINCIPALMENTE, A LEVAR QUEM FALA A SE ESCUTAR.”

Diálogos Como você, psicóloga da área, vê a normativa do Conselho Federal de Medicina sobre o tratamento por útero de substituição. Seria importante uma normativa do CFP que atuasse em paralelo?

FOTO: ARQUIVO PESSOAL



PATRÍCIA GRAMACHO: Fico feliz em ver uma intercomunicação de saberes. Muitos fatores estão envolvidos nesse processo. Como psicanalista infantil, e considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sei o quanto é importante para uma criança, sujeito em constituição, ter o conhecimento de sua origem. Para que isso aconteça é necessário que os pais também absorvam a nova vivência reprodutiva e possam ter uma escuta especializada para os seus receios, angústias e também felicidades. O Conselho Federal de Medicina, aparentemente, preocupou-se com a manutenção da saúde mental de todos os envolvidos. Cabe ao Conselho Federal de Psicologia construir sua normativa a partir da prática e visão desse processo.

Além disso, cabe ressaltar a importância de intervenções psicoeducativas a serem feitas na sociedade como um todo e, particularmente, junto a cada família envolvida nos mais diversos processos de reprodução. Já existem livros infantis que trazem essas novas configurações familiares e, principalmente, já apresentam a técnica de fertilização in vitro (FIV) para as crianças. Ou seja, as escolas também podem divulgar que não existe exclusivamente a forma tradicional de se "fazer filhos", mas também as novas técnicas reprodutivas, naturalizando culturalmente esse processo, cada vez mais comum na realidade dos diferentes casais na constituição de sua família extensa. Digo família extensa por que é importante a sociedade começar a considerar um casal como família, independente da presença de filhos. Outras construções simbólicas podem ser utilizadas para coroar a relação desse casal sem filhos, preservando sua saúde diante de um processo exaustivo e dispendioso como é o da reprodução humana assistida. Saber o tempo de parar com as inúmeras "tentativas" de ter um filho também é extremamente importante, e o espaço de escuta psicológica qualificada pode auxiliar nesta descoberta de se fazer continuar no mundo sem ser unicamente via esse caminho. ●

Readequação genital e o papel da avaliação psicológica

Nos últimos anos, questões relacionadas à diversidade de gênero têm ganhado relevância na sociedade tanto do ponto de vista do debate público como da estruturação de novos serviços de saúde voltados às pessoas trans e travestis. Do ponto de vista institucional, mudanças importantes ocorreram no sentido de reconhecer essa demanda, como a nova edição da *Classificação Internacional de Doenças*, que retirou a transexualidade do capítulo de doenças mentais e a colocou em um capítulo sobre saúde sexual geral. Ou mesmo a crescente estruturação do Sistema Único de Saúde (SUS) para garantir direitos às pessoas travestis e transexuais. Desde 2008 o SUS realiza cirurgias de readequação genital.

A Psicologia, portanto, está inserida nesse contexto como área fundamental no cuidado e acolhimento das pessoas trans. O CFP, inclusive, publicou no ano passado a Resolução nº 001/2018, que trata das boas práticas na atenção em saúde das pessoas trans e travestis no contexto da Psicologia, inclusive da avaliação psicológica. Sobre o tema, entrevistamos Ângelo Brandelli Costa, professor do programa de pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, coordenador do grupo de pesquisa Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais e pesquisador do Programa de Identidade de Gênero do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Ângelo também é conselheiro titular do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul.

ÂNGELO BRANDELLI COSTA

Professor do programa de pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, coordenador do grupo de pesquisa Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais e pesquisador do Programa de Identidade de Gênero do Hospital de Clínicas de Porto Alegre

Diálogos Qual o impacto da nova classificação diagnóstica presente na CID-11, incongruência de gênero, para a avaliação psicológica de pessoas trans?

ÂNGELO BRANDELLI COSTA: A nova classificação diagnóstica não constará no capítulo de saúde mental. Ao contrário das classificações anteriores, a incongruência de gênero não considera o sofrimento psíquico um aspecto intrínseco às pessoas trans, reconhecendo que quando presente ele é fruto da discriminação à qual essa população é sujeita. Esse processo é fruto dos movimentos pela despatologização e despsiquiatrização das identidades de gênero e de pesquisas recentes no campo, reconhecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no novo manual.

O critério foi testado recentemente no Brasil, apontando para as

FOTO: ARQUIVO PESSOAL

mesmas conclusões em relação ao impacto da discriminação no sofrimento relatado pelas pessoas trans. A pesquisa acaba de ser publicada e faço parte do grupo de trabalho: Lobato, M. I., Soll, B. M., Brandelli Costa, A., Saadeh, A., Gagliotti, D. A., Fresán, A., ... & Robles, R. (2019). *Psychological distress among transgender people in Brazil: frequency, intensity and social causation–an ICD-11 field study. Brazilian Journal of Psychiatry*, (AHEAD).

Nesse sentido, a avaliação psicológica deve levar em consideração, fundamentalmente, aspectos relativos às demandas de afirmação médica e social da identidade de gênero e expectativas sobre os desfechos desses processos.

Diálogos Que tipo de documento psicológico é o mais recomendado a ser produzido para o encaminhamento a outros profissionais de saúde?

ÂNGELO BRANDELLI COSTA: De acordo com a Resolução CFP nº 06/2019, nova resolução de elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional, os documento resultantes de uma avaliação psicológica podem ser um laudo ou um atestado psicológico. Dessa forma, o profissional de Psicologia pode eleger, dependendo do contexto em que ocorre a demanda, qual é o que mais se adequa.

Por exemplo, profissionais da área da medicina podem não se sentir confiantes e capacitados tecnicamente para avaliar as demandas relativas ao uso de hormônios ou à realização de cirurgias, solicitando, então, documentos psicológicos.

Nesse sentido, o trabalho da Psicologia será o de avaliar e validar as demandas de pacientes ou usuárias / os trans. Levando em conta as mudanças propostas pela CID-11, que não considera a incongruência de gênero uma doença mental, mas uma condição que requer acesso à saúde, a avaliação não deve operar pela lógica diagnóstica, mas a do funcionamento psicossocial global. Isso não significa que a avaliação não deva também estar atenta às demandas de saúde mental relacionadas às identidades trans - fruto da discriminação - que podem requerer outros tipos de encaminhamento.

A CAPACITAÇÃO NO CAMPO DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO É FUNDAMENTAL PARA TRABALHAR A TEMÁTICA DA READEQUAÇÃO GENITAL.

Diálogos Qual o impacto da Resolução nº 001/18 para as práticas profissionais com pessoas trans?

ÂNGELO BRANDELLI COSTA: A nova resolução cumpre o papel de nortear a prática profissional a partir das discussões éticas e científicas mais atuais no campo. Fundamentalmente, inibe supostas terapias que visam, de forma errônea, converter pessoas trans, deslegitimando suas demandas (prática que além de →

inócua provoca sofrimento). Além disso, indica que as pessoas trans não devam ter suas subjetividades reduzidas a critérios diagnósticos e, principalmente, àqueles que denotam doença mental.

A resolução sinaliza, então, a partir da melhor evidência disponível e das compreensões contemporâneas no campo da bioética, quais direcionamentos técnico e ético devem ser utilizados na prática profissional em Psicologia.

Diálogos Conselhos gerais para os profissionais e/ou estudantes que desejam ingressar nesse campo de atuação.

ÂNGELO BRANDELLI COSTA: É fundamental a capacitação no campo da diversidade sexual e de gênero anterior ao trabalho com essa população. Um exame cuidadoso da possibilidade desse trabalho ser realizado à luz de crenças pessoais (seja política ou religiosa) também é recomendado, uma vez que atitudes negativas explícitas ou implícitas podem comprometer a qualidade do trabalho e vulnerabilizar ainda mais o paciente ou usuário.

Além disso, recomenda-se a atualização contínua, uma vez que esse é um campo de trabalho recente em constante mutação, e o trabalho em rede, envolvendo as comunidades LGBTs locais de forma estarem atentas/os às suas demandas.

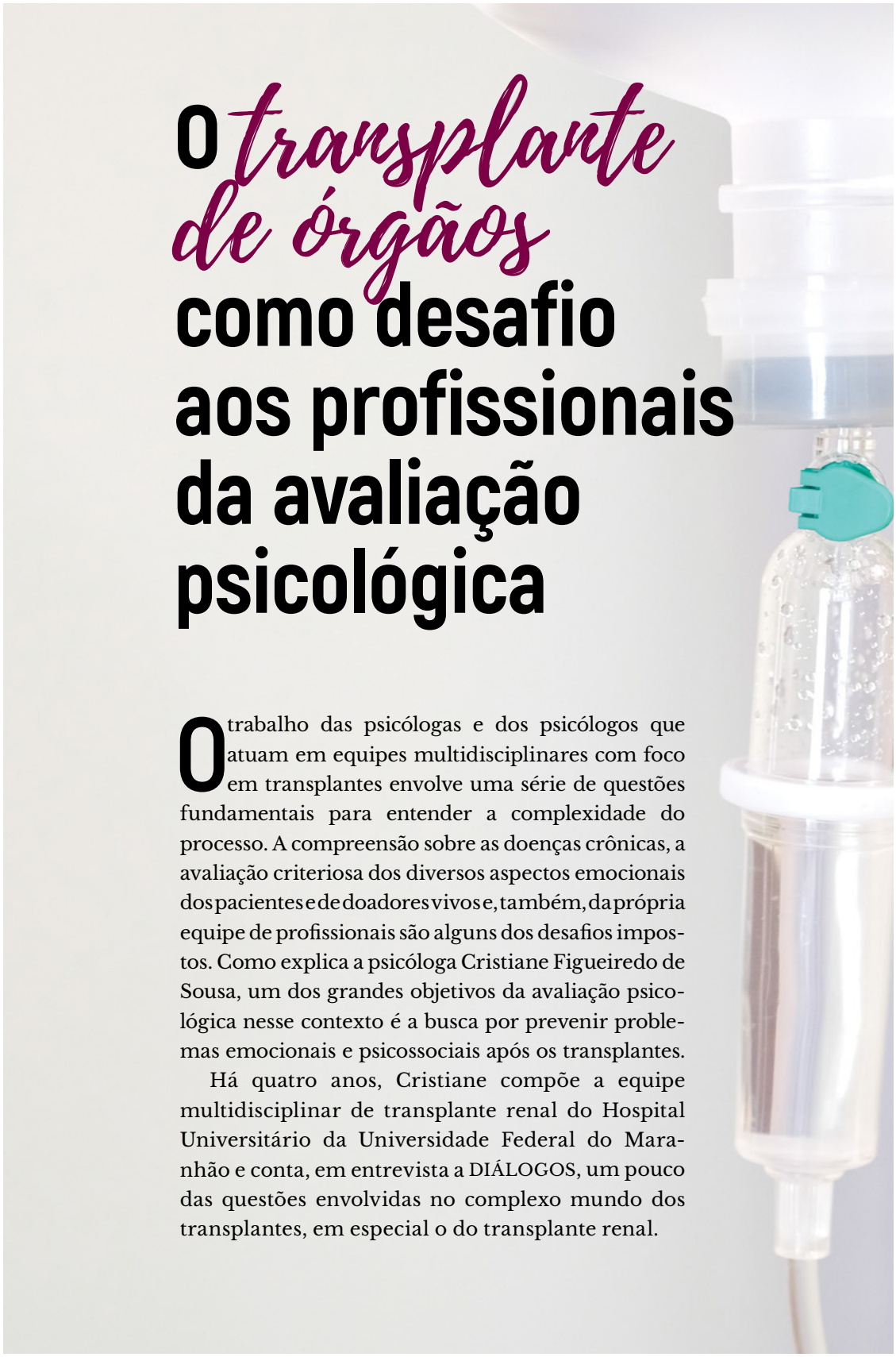
Existem diversos guias publicados por organizações internacionais que reúnem boas práticas, como aquele da Associação Norte-Americana de Psicologia (APA) e o da Associação Profissional Mundial para a Saúde das pessoas Trans (WPATH).

FOTO: SHUTTERSTOCK

Diálogos Algo a mais que você julgue acrescentar?

ÂNGELO BRANDELLI COSTA: Como escrevi recentemente em um artigo publicado na revista Temas em Psicologia, a Psicologia (também a brasileira) foi violenta em sua maneira de se relacionar com homens e mulheres, trans e cissexuais. Ela perpetuou a ideia cruel de que as pessoas não são autônomas para determinar o seu gênero, sugerindo, sem bases científicas, o que seria um corpo, uma identidade e uma performance de gênero "normal"; ela participou da prisão psicológica e física de inúmeras pessoas, especialmente trans, quando as rotulou de mentalmente incapazes por causa de sua recusa em cumprir as exigências injustas e ilegítimas impostas sobre elas. Chegou o momento para os psicólogos e psicólogas começarem a reparar os danos que eles e elas causaram e de inverter a direção das forças - algumas em curso - que visam aprisionar essas mentes e esses corpos. ●

O *transplante de órgãos* como desafio aos profissionais da avaliação psicológica



O trabalho das psicólogas e dos psicólogos que atuam em equipes multidisciplinares com foco em transplantes envolve uma série de questões fundamentais para entender a complexidade do processo. A compreensão sobre as doenças crônicas, a avaliação criteriosa dos diversos aspectos emocionais dos pacientes e de doadores vivos e, também, da própria equipe de profissionais são alguns dos desafios impostos. Como explica a psicóloga Cristiane Figueiredo de Sousa, um dos grandes objetivos da avaliação psicológica nesse contexto é a busca por prevenir problemas emocionais e psicossociais após os transplantes.

Há quatro anos, Cristiane compõe a equipe multidisciplinar de transplante renal do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão e conta, em entrevista a DIÁLOGOS, um pouco das questões envolvidas no complexo mundo dos transplantes, em especial o do transplante renal.

FOTO: SHUTTERSTOCK

Diálogos Em que contextos no campo dos transplantes de órgãos são aplicados os protocolos de avaliação psicológica?

CRISTIANE FIGUEIREDO DE SOUSA: A avaliação psicológica no âmbito de transplante de órgãos acontece, principalmente, na avaliação que se faz antes da cirurgia. Por exemplo, eu trabalho com transplante renal, então eu avalio os pacientes que vão entrar na lista de espera para receber um órgão. Também avalio os pacientes que serão possíveis doadores vivos. Por que, como se sabe, o transplante tem duas formas de acontecer: por meio do doador vivo, normalmente alguém da família que, voluntariamente, doa, ou por um doador falecido, em decorrência de morte encefálica, e a família autoriza a doação daqueles órgãos. Por isso, a avaliação psicológica tem início com aqueles pacientes que vão passar pelo processo de transplante.

Diálogos Qual é o objetivo dessa avaliação nesse momento?

CRISTIANE FIGUEIREDO DE SOUSA: O transplante é uma forma de tratamento, ele não significa cura. A doença renal, por exemplo, ela é crônica e ainda não há cura. A avaliação psicológica nesse início, portanto, busca detectar se aquele paciente tem condições de realizar um autocuidado depois da cirurgia, se ele tem o entendimento de todo o processo e, também, se ele tem algum outro tipo de patologia que possa interferir no autocuidado após o transplante. Observa-se, do mesmo modo, se ele apresenta alguma psicopatologia, como depressão e ansiedade. No caso dos pacientes com doença renal, por exemplo, existe uma tendência grande à depressão e à ansiedade. Não é algo que vai impedi-lo de transplantar, mas é algo que a gente precisa conhecer para poder trabalhar de forma mais estratégica, olhando lá para a frente, para que isso não venha a ser um problema para ele.

> “ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO CONTINUA ACONTECENDO DEPOIS DO TRANSPLANTE.”

Diálogos A avaliação acontece para todos os tipos de transplante, ou seja, para pessoas que recebem órgãos de desconhecidos e/ou para aqueles que recebem de doadores vivos?

CRISTIANE FIGUEIREDO DE SOUSA: A avaliação psicológica é necessária para todos os tipos de transplante de órgãos porque é necessária uma avaliação de saúde mental dos pacientes. Cada instituição estabelece seu protocolo. Por exemplo, existem instituições transplantadoras que solicitam um atestado de saúde mental, e isso já é suficiente. No caso do trabalho que faço, que é dentro da unidade de transplante, é o psicólogo quem faz. A gente tem esse protocolo de avaliação psicológica

no pré-transplante e esse acompanhamento psicológico continua acontecendo depois do transplante.

Diálogos Falando um pouco sobre a questão do doador vivo, que aspectos você pode destacar no âmbito da avaliação psicológica?

CRISTIANE FIGUEIREDO DE SOUSA: É uma avaliação fundamental por que é nesse momento que a gente avalia o entendimento da pessoa sobre todo o processo, sobre a motivação que a levou a ter essa decisão, porque doar um órgão não é simples. Recebemos muitas situações em que os doadores não têm esse entendimento, não percebem o quão sério é a doação de um órgão. Às vezes as motivações não são tão pertinentes ou, em outras, a pessoa afirma que fará a doação, mas começa a enfrentar um medo muito grande ou se arrepende. Por isso, as avaliações são importantes para identificar essas questões. Buscamos realizar uma psicoeducação para que os doadores sejam totalmente instruídos sobre o processo, entendam que não há obrigação nenhuma de passar por aquilo e que o mais importante é que eles decidam fazer de forma totalmente consciente, para que aquilo não seja um problema, não gere um problema para depois – também de cunho psicológico e emocional. Nesses meus anos de trabalho, infelizmente, eu soube de situações em que o doador acaba não sabendo lidar muito bem e isso acaba sendo um problema para a dupla, para quem recebeu e para quem doou. Portanto, na avaliação, a gente tenta minimizar os riscos, quaisquer riscos que possam ocorrer. Claro que nem sempre conseguimos, mas a gente tenta.

Diálogos Que recomendações você transmitiria aos estudantes ou profissionais da Psicologia que pretendem trabalhar na área de transplantes?

CRISTIANE FIGUEIREDO DE SOUSA: A recomendação que dou para aqueles que tenham interesse em trabalhar com transplante é que estudem muito a doença crônica. Por exemplo, no caso da doença renal, os pacientes têm uma rotina de tratamento que envolve ficar ligado a uma máquina por 4 horas em cada uma das sessões, três vezes por semana. O transplante, portanto, possibilita, na maioria dos casos, uma melhor qualidade de vida, mas o transplante é um tratamento. Infelizmente, a tendência é que o rim transplantado não dure o mesmo tempo de vida do paciente e, por isso, existe a probabilidade de que esse rim pare de funcionar e que o paciente precise retornar à hemodiálise. É um desafio emocional muito grande para os pacientes. O desafio profissional também é imenso. No caso do doente renal, o profissional precisa ter ciência de que é uma doença crônica, que tudo o que é feito é para melhorar a qualidade de vida daquele paciente, mas que, infelizmente, nenhum desses tratamentos levará à cura. O profissional precisa estar preparado para isso, saber que o seu trabalho também, infelizmente, tem um limite. E isso é muito difícil pra nós. Além disso, o psicólogo, dentro de uma equipe multiprofissional, também cumpre o papel de cuidar dos outros profissionais porque é →

CRISTIANE FIGUEIREDO DE SOUSA

Psicóloga pela Faculdade Integral Diferencial de Teresina, é especialista em Terapia Cognitiva e Comportamental; Avaliação Psicológica; Nefrologia Multidisciplinar. Compõe a equipe multidisciplinar de transplante renal do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão

preciso preparar a equipe também nos momentos onde se constata que não há mais o que fazer com os pacientes muito graves, que entrarão em cuidados paliativos. A doença renal crônica é muito desafiadora para quem trabalha com ela.

Diálogos Algo a mais que gostaria de acrescentar sobre a área? Pode ser qualquer aspecto.

CRISTIANE FIGUEIREDO DE SOUSA: A área de transplante é muito rica para todos os profissionais. O Brasil é um dos países que mais transplantam no mundo, ocupa a segunda posição no ranking, mas ainda está longe de zerar a fila de espera. Um dos grandes desafios para superar isso é a conscientizar a sociedade sobre a importância da doação de órgãos, muitas famílias ainda dizem não e são poucas as informações divulgadas para desmistificar o assunto. No mês de setembro, que é o mês da doação de órgãos, temos um pouco mais de divulgação, mas o investimento ainda é muito pouco para sensibilizar a sociedade. Acredito que se houvesse mais sensibilização da sociedade estaríamos em outro patamar. Então, conscientizar melhor a sociedade, para que ela possa contribuir para a melhoria de vida desses pacientes que precisam de órgãos para viver, é um desafio para nós. O paciente renal ainda tem uma vantagem, que se por acaso ele não conseguir transplantar, existe uma máquina que substitui o rim. Mas, para outros órgãos, como fígado e coração, não têm, por que não existe qualquer outra coisa que consiga substituir aqueles órgãos. ●

FOTO: SHUTTERSTOCK

Segurança no ar: a importância da avaliação psicológica na *aviação civil*

O trabalho do psicólogo na aviação civil, ainda que pouco conhecido pelos profissionais e também no meio acadêmico, é bastante respeitado por sua importância no cotidiano das trabalhadoras e dos trabalhadores da aviação e, consequentemente, para a segurança de milhares de vidas transportadas por aeronaves todos os anos. Para falar um pouco mais sobre o assunto, a DIÁLOGOS entrevistou o psicólogo Sávio Valviesse da Motta, especialista em regulação de aviação civil e gerente técnico em fatores humanos na Agência Nacional de Aviação Civil, a Anac. Sávio argumenta que o exercício da avaliação psicológica na aviação é "de extrema importância para a segurança de voo e para a saúde de tripulantes civis" e aponta, ainda, que as universidades poderiam explorar mais pesquisas nesse campo.

Diálogos Toda psicóloga pode realizar avaliação psicológica para a Agência Nacional de Aviação Civil ou há alguma exigência para esse trabalho?

SÁVIO VALVIESSE DA MOTTA: A princípio pode, mas a Anac não credencia psicólogos e sim médicos. Apenas clínicas médicas e entidades da administração pública conveniadas à Anac necessitam ter na sua equipe um psicólogo. Os médicos credenciados podem receber avaliações psicológicas externas.

Diálogos O que é avaliado nesse processo?

SÁVIO VALVIESSE DA MOTTA: Os requisitos de avaliação psicológica de tripulantes civis são definidos pelos parágrafos 67.75 (e), 67.115 (e) e 67.195 (e) do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67. A avaliação psicológica, portanto, faz parte do processo de certificação médica e pode ser realizada por profissionais do mercado quando solicitada por médicos credenciados para a emissão de CMA de 2ª e 4ª classes. Ao final da avaliação, os atestados psicológicos devem ser entregues pelos candidatos avaliados aos médicos credenciados.

Diálogos E a que tempo ocorre?

SÁVIO VALVIESSE DA MOTTA: Avaliações psicológicas devem subsidiar todos os exames de saúde periciais com atestados psicológicos, conforme o Manual de Elaboração de Documentos Escritos, produzido pelo psicólogo, decorrente de avaliação psicológica do Conselho Federal de Psicologia.

O tempo varia de acordo com a necessidade de exame de saúde pericial de cada categ oria e classe do Certificado Médico Aeronáutico (vide requisito 67.15 Validade dos CMA do RBAC 67).

Tais avaliações devem ser realizadas por psicólogo e devem ser subsidiadas por dados colhidos e analisados, à luz de um instrumental técnico (entrevistas, dinâmicas, testes psicológicos, observação, exame psíquico, intervenção verbal), consubstanciado em referencial técnico-filosófico e científico adotado pelo psicólogo.

Os construtos a serem avaliados são os elencados (personalidade, atenção, memória e raciocínio), ficando a cargo do profissional a escolha das ferramentas a serem utilizadas, de acordo com o Conselho Federal de Psicologia. A Anac

SÁVIO VALVIESSE DA MOTTA

Especialista em regulação de aviação civil e gerente técnico em fatores humanos na Agência Nacional de Aviação Civil, a Anac →

FOTOS: SHUTTERSTOCK E ARQUIVO PESSOAL

não indica testes psicológicos e, na medida do possível, incentivamos a realização de entrevistas. Mas na utilização de testes é impreterível a utilização de exames aprovados pelo CFP, conforme indicados no Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos, disponível em: http://satepsi.cfp.org.br/

Diálogos Existem estatísticas sobre a eficácia da avaliação psicológica nesse contexto?

SÁVIO VALVIESSE DA MOTTA: Ainda não. Mas estamos desenvolvendo um novo sistema digital, previsto para entrar em operação nos próximos meses, que nos permitirá análises estatísticas e um melhor gerenciamento do risco atribuído ao requisito mental e comportamental de tripulantes civis.

Diálogos Qual a importância de avaliar as condições psicológicas de comissários e tripulantes de aviões?

SÁVIO VALVIESSE DA MOTTA: A atividade aérea traz em si uma série de desafios para o trabalhador: ambiente confinado; relação interpessoal com pessoas de variados níveis de educação, cultura, línguas, países e motivações; horários díspares e em turnos distintos, pressões de natureza operacional, constante privação das relações pessoais e sociais, restrição nas aspirações acadêmicas e sociais, baixa disponibilidade para atividades rotineiras e programadas antecipadamente, entre outros fatores psicossociais. Por tudo isso, exige-se que esse profissional tenha elevada resistência a frustrações, sólido controle emocional, habilidade para resolução de crises com tomada de decisões assertiva, resiliência, conduta profissional irrepreensível, apenas para citar alguns. Além disso, muitas vidas são confiadas ao seu ótimo desempenho. Por causa dessa condição de trabalho peculiar, o processo de avaliação psicológica deve levar em consideração as variáveis que indicam com boa margem de segurança que o candidato a tripulante de uma aeronave deve possuir, além das qualificações mínimas necessárias para poder não só desempenhar bem suas funções mas também ter uma estrutura psíquica que suporte, relativamente bem, a constante carga de estresse profissional a que estará submetido ao longo de sua vida profissional.

> “A ATIVIDADE AÉREA TRAZ EM SI UMA SÉRIE DE DESAFIOS PARA O TRABALHADOR.”

Diálogos Existe resolução ou normativa específica do CFP ou da Anac para a realização dessa avaliação?

SÁVIO VALVIESSE DA MOTTA: Normativo específico da Anac sim: vide parágrafos 67.75 (e), 67.115 (e) e 67.195 (e) do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67.

Normativo específico do CFP, não. Mas, a exemplo do Detran e da Polícia Federal, tal normativo seria muito bem-vindo! ●

Conselho Federal de Psicologia

SETOR DE ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

Sul (SAF/Sul), Quadra 2, Lote 2,
Edifício Via Office, sala 104,
CEP 70.070-600 - Brasília/DF

Versão online no site: **www.cfp.org.br**

Distribuição gratuita às (aos) Psicólogas (os) inscritas (os) nos Conselhos Regionais de Psicologia